



Ministério da Educação
Universidade Federal Fluminense
Conselho de Curadores
Auditoria Técnica

Relatório de Auditoria nº 001/2018

2º semestre de 2017

Em atendimento à Decisão nº 004/2017 do Conselho de Curadores, avaliamos a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, sob os enfoques contábil e operacional, dos saldos acumulados até o 2º semestre de 2017, tendo como base comparativa os dados referentes ao 2º semestre do exercício de 2016 e o Relatório de Gestão do Exercício de 2016.

Niterói/RJ

Março de 2018.

Lista de Siglas e Abreviações

AC	- Ativo Circulante
ANC	- Ativo Não Circulante
APF	- Administração Pública Federal
AT/CUR	- Auditoria Técnica/Conselho de Curadores
BF	- Balanço Financeiro
BO	- Balanço Orçamentário
BP	- Balanço Patrimonial
CAP/SAEN	- Coordenação de Administração Patrimonial/SAEN
CAS/PROAES	- Coordenação de Apoio Social/PROAES
CCONT/DCF	- Coordenação de Contabilidade/DCF
CMOM	- Comissão Mista de Orçamento e Metas
CPGF	- Cartão de Pagamento do Governo Federal
DAP/PROGEPE	- Departamento de Administração de Pessoal/PROGEPE
DCF/PROPLAN	- Departamento de Contabilidade e Finanças/PROPLAN
DO/PLOR/PROPLAN	- Divisão de Orçamento/Coordenadoria de Orçamento e Custo/PROPLAN
FEC	- Fundação Euclides da Cunha de Apoio a UFF
GGPU/SAEN	- Gerência de Gestão de Permissão de Uso/SAEN
HUAP	- Hospital Universitário Antônio Pedro
MBA	- <i>Master in Business Administration</i> (Mestre em Administração de Negócios)
MCASP	- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
NBC	- Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC T	- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
NS	- Norma de Serviço
PC	- Passivo Circulante
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PF/UFF	- Procuradoria Federal junto à UFF
PL	- Patrimônio Líquido
PLAP/PROPLAN	- Coordenadoria de Projetos com a Fundação de Apoio/PROPLAN
PREUNI	- Prefeitura Universitária
PROAD	- Pró-Reitoria de Administração
PROAES	- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGEPE	- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROMISAES	- Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPLAN	- Pró-Reitoria de Planejamento
RGPS	- Regime Geral de Previdência Social

RP	- Restos a Pagar
RPNP	- Restos a Pagar Não Processados
RPP	- Restos a Pagar Processados
RPPS	- Regime Privado de Previdência Social
SA	- Solicitação de Auditoria
SAEN	- Superintendência de Arquitetura e Engenharia
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SISAP	- Sistema de Administração Patrimonial
SOF/MP	- Secretaria de Orçamento e Finanças/Ministério do Planejamento
SPIUnet	- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STI	- Superintendência de Tecnologia da Informação
STN/MF	- Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda
TCU	- Tribunal de Contas da União
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UG	- Unidade Gestora
UGE	- Unidade Gestora Executora
UGR	- Unidade Gestora Responsável

Lista de Quadros

Quadro 1: Áreas e Subunidades Estratégicas da UFF.....	9
Quadro 2: Programas Sociais - Descrição de Bolsas e Auxílios.....	15
Quadro 3: Valor Unitário de Bolsas	17
Quadro 4: Balanço Patrimonial.....	20
Quadro 5: Variação Bens Imóveis – 2017 x 2016.....	21
Quadro 6: Variações Patrimoniais Aumentativas	31
Quadro 7: Variações Patrimoniais Diminutivas.....	32
Quadro 8: Receitas Orçamentárias.....	37
Quadro 9: Despesas Orçamentárias	39
Quadro 10: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	41
Quadro 11: Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	43
Quadro 12: Restos a Pagar Não Processados - RPNP	44
Quadro 13: Restos a Pagar Processados – RPP	45

Quadro 14: Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	46
Quadro 15: Balanço Financeiro	52
Quadro 16: Evolução de Gastos Gerais.....	53
Quadro 17: Despesas por Modalidade de Contratação	55
Quadro 18: Crédito Empenhado Liquidado Pago.....	56
Quadro 19: Contratos Locação de Mão de Obra - Proad	57
Quadro 20: Locação de Mão de Obra 2017 – Empenho	60
Quadro 21: Locação de Mão de Obra 2017 – Pago (Exercício + RAP + DEA)	61
Quadro 22: Energia Elétrica, Água e Esgoto 2017 – Empenho	62
Quadro 23: Energia Elétrica, Água e Esgoto 2017 – Pago (Exercício + RAP + DEA)	63
Quadro 24: Créditos a Receber por Cessão de Pessoal em 2017	65
Quadro 25: Dívida Ativa Não Tributária (Pessoal).....	68
Quadro 26: Contratos de maior valor contratual - UG 150123	71

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Alocação PNAES 2017	17
--------------------------------------	----

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma da Universidade Federal Fluminense	7
--	---

Sumário

Lista de Siglas e Abreviações.....	1
Lista de Quadros	2
Lista de Gráficos	3
Lista de Figuras	3
1. Introdução	5
2. Estrutura Administrativa e Acadêmica da UFF	6
3. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	12
4. Programas Sociais - PROAES	15
5. Balanço Patrimonial - BP	18
6. Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP.....	30
7. Balanço Orçamentário – BO.....	36
8. Balanço Financeiro - BF.....	51
9. Passagens, Diárias, Serviços Terceirizados e Cartão Corporativo	53
10. Despesas por Modalidade de Contratação	54
11. Contratos de Locação de Mão de Obra	56
12. Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto	62
13. Servidores Cedidos	65
14. Contratos de Aluguel – Bancos	70
15. Contratos com a Fundação Euclides da Cunha - FEC	71
16. Conclusões.....	72

1. Introdução

A Universidade Federal Fluminense foi criada em 1960 com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Originou-se da incorporação das Escolas Federais de Farmácia, Odontologia e Direito (1912), Medicina (1926) e Medicina Veterinária (1936); agregou outras cinco, das quais três eram estaduais, a saber: Enfermagem (1944), Serviço Social (1945), Engenharia (1952), e outras duas, particulares, Ciências Econômicas (1942) e Filosofia (1947). Após serem federalizadas e incorporadas, essa união passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense. A missão da UFF é produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada.

A Instituição possui unidades acadêmicas em oito municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro – Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis); Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional); Macaé (Instituto de Ciências da Sociedade); Nova Friburgo (Instituto de Saúde de Nova Friburgo - ISNF); Petrópolis (Escola de Engenharia de Petrópolis); Rio das Ostras (Instituto de Ciência e Tecnologia); Santo Antônio de Pádua (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior - INFES), e Volta Redonda, onde se situam o Instituto de Ciências Humanas de Volta Redonda, a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica (EIMVR), e o Instituto de Ciências Exatas (ICEx).

Hoje, a UFF é constituída por 41 Unidades de Ensino sendo 24 Institutos, 10 Faculdades, 6 Escolas e 1 Colégio de Aplicação. São ao todo 124 Departamentos de Ensino, 129 Cursos de Graduação presenciais e 6 Cursos de Graduação a distância oferecidos em 28 Polos da Universidade Aberta do Brasil, em convênio com o CEDERJ-RJ. Na Pós-Graduação Stricto Sensu são 81 programas de Pós-Graduação e 120 cursos, sendo 42 de Doutorado, 62 de Mestrado Acadêmico e 16 Mestrados Profissionais. A Pós-Graduação Lato Sensu apresenta 131 cursos de especialização e 45 programas de Residência Médica.

A UFF possui, ainda, relacionamento sistemático com a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF – FEC, pessoa jurídica de direito privado constituída segundo a Lei nº 8.958, de 20/12/1994.

No cumprimento de suas competências constitucionais e legais, relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão administrativa, financeira e contábil, a UFF compreende duas

Unidades Orçamentárias: 26236 – Universidade Federal Fluminense e 26366 – Hospital Universitário Antônio Pedro - HUAP, para a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição, e amparado por seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

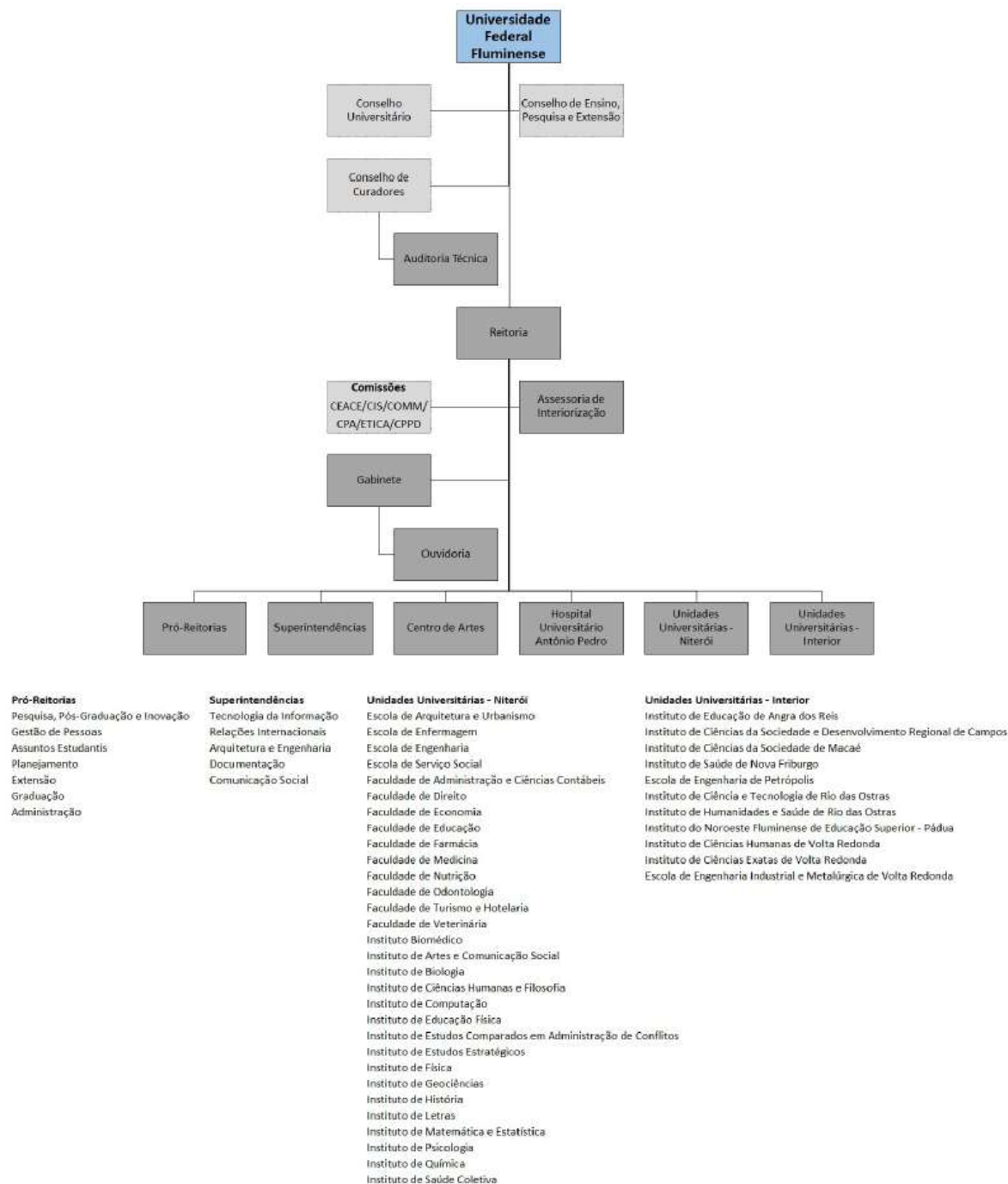
Em atendimento à Decisão nº 004/2017, de 04/07/2017, do Conselho de Curadores, publicada no Boletim de Serviço nº 167, em 18/09/2017, apresentamos o Relatório de Auditoria emitido sobre as demonstrações contábeis sob o enfoque abrangente sobre as gestões orçamentárias, financeira, patrimonial e operacional da UFF, no 2º semestre de 2017.

Os demonstrativos contábeis aqui apresentados foram levantados com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, que é fundamentado no Plano de Contas Único da Administração Pública Federal - PCASP, e no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

A contabilidade tem o papel de “servir como instrumento de *accountability*, de avaliação da entidade e de seus gestores, da prestação de contas destes e como insumo básico para a tomada de decisões dos agentes econômicos, tanto internos quanto externos à entidade” (IUDÍCIBUS, MARTINS e CARVALHO, 2005).

2. Estrutura Administrativa e Acadêmica da UFF

Figura 1: Organograma da Universidade Federal Fluminense¹



¹ Extraído do PDI 2018 - 2022.

A Auditoria Técnica, através da SA nº 15/2017, de 24/07/2017, solicitou a Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN, o envio de dados atualizados até junho de 2017, informações sobre áreas ou subunidades estratégicas, contendo os responsáveis pelas mesmas.

Em resposta a SA nº 15/2017, a PROPLAN através do Memorando nº 144/2017, de 03/08/2017, da DO/PLOR/PROPLAN, apresentou a planilha demonstrada no Quadro 1 informando as Áreas e Subunidades Estratégicas da UFF, bem como os responsáveis - titulares e substitutos – de cada uma delas ao longo do período em análise.

Quadro 1: Áreas e Subunidades Estratégicas da UFF

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular
Conselho Universitário CUV	Órgão supremo de deliberação coletiva, presidido pelo reitor e integrado pelo vice-reitor, pelos ex-reitores, enquanto estiverem no exercício do magistério, pelos diretores das unidades acadêmicas, por representantes do corpo docente, do corpo discente e da comunidade. É composto de cinco câmaras especializadas: Câmara de Legislação e Normas, Câmara de Orçamento e Finanças, Câmara de Assuntos Educacionais e Culturais e de Integração Comunitária, Câmara de Assuntos Administrativos, e Câmara de Assuntos Estudantis.	Sidney Luiz de Matos Mello
Conselho de Ensino, Pesquisa CEP	Órgão eminentemente técnico para a coordenação do ensino, da pesquisa e da extensão. É presidido pelo reitor, integrado pelos pró-reitores, por representantes do corpo docente, do corpo discente e da comunidade. São três as câmaras especializadas: Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara de Extensão e Integração Comunitária.	Sidney Luiz de Matos Mello
Conselho de Curadores CUR	Órgão de fiscalização econômico-financeira da UFF, presidido pelo presidente da Câmara de Orçamento e Finanças do Conselho Universitário e integrado por representantes do corpo docente, do corpo discente, da comunidade e do Ministério da Educação.	Heitor Luiz Soares de Moura
Reitoria RET	Órgão central executivo, dirigido pelo reitor, responsável pela gestão institucional de todas as atividades da Universidade, sendo assessorado por pró-reitorias que exercem atribuições de coordenação e supervisão, como órgãos centrais dos respectivos sistemas.	Sidney Luiz de M. Mello
Ensino de Graduação PROGRAD	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver políticas de graduação por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo para a formação profissional dos estudantes, mediante planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das atividades da UFF; gerenciar, coordenar projetos e programas e realizar eventos ligados à graduação; coordenar estágios e programas de monitoria; dar apoio ao ensino de graduação, à avaliação e à seleção acadêmica; apoiar as atividades de coordenação dos programas de educação à distância. 	José Rodrigues de Farias Filho
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PROPI	<ul style="list-style-type: none"> Implantar, desenvolver e divulgar, política de pesquisa e pós-graduação, e lato sensu aprovada pelos Conselhos Superiores competentes; elaborar, viabilizar e coordenar programas de bolsas de iniciação científica; promover a integração das atividades das esferas específicas de sua competência com o ensino de graduação e extensão; promover a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados, para o desenvolvimento ou implantação das atividades de pesquisa e pós-graduação; articular o sistema de inovação científica e tecnológica. 	Vitor Francisco Ferreira
Extensão PROEX	<ul style="list-style-type: none"> Propor e implementar as linhas políticas da extensão universitária da Universidade, promovendo a reflexão, o debate, o reconhecimento, a reformulação e o redimensionamento das atividades sob sua esfera de competência; promover gestões junto a órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à captação de recursos para o desenvolvimento ou implantação de atividades inerentes à sua esfera de competência; estender às comunidades interna e externa as atividades de ensino e de pesquisa, sob a forma de ações de extensão; promover a integração acadêmica, por intermédio da implementação de atividades que visem à flexibilização curricular, ampliando as experiências de ensino/aprendizagem; criar as condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; e 	Cresus Vinicius Depes de Gouvêa

	<ul style="list-style-type: none"> ● tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade. 	
Planejamento PROPLAN	<ul style="list-style-type: none"> ● Assessorar a política global de planejamento da UFF, por intermédio da análise técnica da evolução da universidade e de assessoria na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento; ● coordenar a elaboração e consolidação das propostas do orçamento da instituição, assessorando as demais unidades no âmbito de sua competência. 	Jailton Gonçalves Francisco
Assistência Estudantil PROAES	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver políticas de apoio estudantil por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo para a formação profissional e cidadã dos estudantes da UFF; ● planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar e executar as atividades da Universidade no que se refere a projetos de apoio social, promoção de saúde, concessão de bolsas, apoio acadêmico, e gestão de moradia aos estudantes da UFF; ● coordenar a gestão do Restaurante Universitário e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF. 	Leonardo Vargas da Silva
Gestão de Pessoas PROGEPE	<ul style="list-style-type: none"> ● Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar e executar atividades de coordenação de pessoal, capacitação e qualificação, lotação e movimentação de pessoal, coordenação de atenção integral à saúde e qualidade de vida, segurança no trabalho e saúde ocupacional, controle de pagamentos de pessoal, registros, direitos e vantagens, admissão e cadastro de pessoal, procedimentos administrativos disciplinares. 	Paulo Roberto Trales
Administração PROAD	<ul style="list-style-type: none"> ● Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar e desenvolver atividades de transporte, de segurança e de logística, compras de material e contratos, administração financeira e de protocolo, e licitações. ● Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar e desenvolver atividades de transporte, de segurança e de logística, compras de material e contratos, administração financeira e de protocolo, e licitações. 	Néliton Ventura
Tecnologia da Informação STI	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizar a gestão de infraestrutura de <i>software</i> e <i>hardware</i> da UFF; ● planejar e executar a política de informática da Universidade; ● pesquisar, desenvolver, executar e participar de projetos em tecnologia de informação e serviços de informática tanto internamente, nos diversos campi que compõem a UFF, como em parcerias com municípios e estados; ● captar recursos mediante projetos, consultoria e serviços em TI. 	Helcio de Almeida Rocha
Comunicação Social SCS	<ul style="list-style-type: none"> ● Propor políticas de comunicação alinhadas aos objetivos da Universidade; ● desenvolver mecanismos que favoreçam a visibilidade positiva da Instituição; ● divulgar ações e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Instituição, buscando responder as demandas da sociedade; ● assessorar o Gabinete do Reitor quanto às demandas da imprensa. 	João Marcel Fanara Correia
Relações Internacionais SRI	<ul style="list-style-type: none"> ● Em consonância com a filosofia da política de formação acadêmica da UFF, valorizar a inserção internacional de seus quadros docente e discente, facilitando o acesso às oportunidades de mobilidade acadêmica internacional em instituições de ensino e pesquisa com as quais a UFF mantém acordos de cooperação. 	Livia Maria de Freitas Reis
Documentação SDC	<ul style="list-style-type: none"> ● Coordenar, técnica e administrativamente, o sistema de bibliotecas e arquivo da Universidade – atualmente composto de 26 bibliotecas, do arquivo central e dois laboratórios, um de conservação e restauração de documentos (LACORD) e outro de reprografia (LARE); ● proporcionar recursos informacionais e assessoria técnica na área de documentação, por meio de redes e sistemas integrados, facilitando o acesso à informação em nível nacional e internacional; ● apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade; ● desenvolver serviços e produtos que atendam às necessidades de informação da comunidade acadêmica da UFF. 	Deborah Motta Ambinder de Carvalho

Arquitetura e Engenharia SAEN	<ul style="list-style-type: none"> ● Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar, projetar e executar as atividades da Universidade no que se refere à gerência e execução de projetos e obras de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. ● desenvolver atividades de manutenção de bens móveis e imóveis, gerência de meio ambiente e administração patrimonial; ● gerenciar o uso dos espaços dos <i>campi</i> universitários, exceto das unidades do interior. 	Antônio Ricardo Ribeiro do Outão
Difusão Cultural CEART	<ul style="list-style-type: none"> ● Exibir filmes; promover apresentações teatrais, shows musicais, concertos de música de câmara e sinfônica, e exposição de artes plásticas e fotografias; ● realizar debates, encontros e festivais, visitas guiadas, cursos de extensão em Iniciação Musical; ● promover apresentações dos conjuntos musicais do Centro de Artes UFF (Música Antiga, Quarteto de Cordas, Coro Jovem) em Campi da Universidade e instituições culturais no interior do estado. 	Leonardo Caravana Guelman
Hospital Universitário HUAP	Estabelecer diretrizes gerais e específicas para o HUAP, cumprir e fazer cumprir as normas legais, estatutárias e regimentais, expedir instruções, determinações e ordens internas de serviço, coordenar e acompanhar as atividades assistenciais, operacionais e administrativas visando ao bom funcionamento da instituição. Elaborar junto com o Gestor Local o contrato de metas e acompanhar a sua execução.	Tarcísio Rivello

Fonte: Extraído do Memorando nº 144/2017, da DO/PLOR/PROPLAN, de 03/08/2017.

3. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

O PDI da UFF, dispõe sobre as ações institucionais a serem desenvolvidas para o período de cinco anos, tendo como eixo central a ‘Qualidade Acadêmica’, conforme o plano estratégico e sua relação com o PDI. Utiliza ferramentas de gestão e governança, objetivando a evolução e o desenvolvimento institucional de forma coesa, objetiva e clara para o período. O PDI, que em sua natureza é um processo dinâmico, necessita de aperfeiçoamento e aprimoramento contínuo, buscando a inovação da gestão pública com mais qualidade e eficiência nas ações e tomada de decisões acadêmicas e administrativas. Os objetivos do PDI, desdobrados em: estratégicos, indicadores e metas, estão distribuídos entre os níveis estratégico, tático e operacional. Segundo a Comissão Mista de Orçamento e Metas - CMOM, a metodologia de plano estratégico considerou o contexto socioeconômico e político, a comunidade em sentido amplo e as tendências. Anualmente a CMOM, executa chamada para a proposição e seleção de Programas no âmbito do PDI, provocando as pró-reitorias e superintendências que possam atender aos objetivos estratégicos e as metas relacionadas, sob o acompanhamento quadrimestralmente da CMOM.

Para o desenvolvimento do PDI, no Relatório de dezembro de 2012², como uma das etapas, foram definidas as seguintes Perspectivas:

3. Metodologia de elaboração e gestão do PDI

(...)

3. Definição das Perspectivas de desenvolvimento, sendo elas:

- i. Resultados institucionais: macro-objetivos que visam o alcance da missão e visão da UFF nos próximos 5 anos;
- ii. Processos internos: definição dos processos-chave em que a UFF precisa alcançar a excelência e viabilizar os resultados institucionais;
- iii. Tecnologia e Infraestrutura: definição dos objetivos relacionados às atividades meio da UFF, buscando dar suporte aos processos internos;
- iv. Pessoas: objetivos ligados à gestão de pessoas e capacitação pessoal e profissional dos servidores da UFF;

² Disponível em: <http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2017/06/PDI-UFF_2013-2017.pdf> pág. 11-12

v. Orçamento: objetivos que buscam garantir os recursos necessários para o desenvolvimento do PDI da UFF.

A Comissão Mista de Orçamento e Metas, no 1º semestre de 2017, teve sua atuação definida pela Portaria nº 57.024 de 26/08/2016³ e, a reconstituição de sua composição realizada pela Portaria nº 58.689 de 3/05/2017⁴, bem como, a definição de suas atribuições, que seguem:

Art. 2º (...)

- a) Liderar o processo de construção do PDI, considerando, entre outros dados, os resultados advindos da CPA e das avaliações institucionais externas;
- b) Acompanhar a execução dos programas e projetos executados para cumprir os objetivos estratégicos do PDI, analisando as medições e os relatórios qualitativos intermediários e finais;
- c) Propor alterações e/ou ajustes das metas definidas no PDI, tendo em vista o desempenho dos programas e projetos realizados, os resultados alcançados e os resultados advindos das avaliações apresentados pela CPA;
- d) Apresentar os resultados consolidados das análises dos programas e projetos executados em exercícios anteriores e suas possíveis relações com as avaliações da CPA, com vistas à colaborar com as diversas áreas responsáveis pela elaboração dos planos e propostas anuais para execução do PDI;
- e) Estabelecer e coordenar o processo de realização de eventos temáticos que envolvam a participação da comunidade universitária nas várias dimensões do PDI, cuidando de estabelecer as questões temáticas e a definição de moderadores para realização dos eventos;
- f) Apresentar, ao CUV, até o mês de março de cada ano, um relatório anual, (...)

A CMOM, em cumprimento ao artigo 2º 'f', da Portaria nº 57.024/2016, apresentou o Relatório 2013 – 2016⁵, datado de março/2017, ao Conselho Universitário (ANEXO).

A Auditoria Técnica - AT, através da Solicitação de Auditoria - SA nº 008/2017, de 06/06/2017, solicitou a CMOM, o envio da “relação de todos os Projetos aprovados para o exercício de 2017 com recursos do PDI, informando nome do projeto, valor previsto, data de vigência, unidade responsável e nº de processo”. Em resposta a SA nº 008/2017, a Presidente da

³ Disponível em: <http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2017/06/Portaria57024_26082016.pdf>

⁴ Disponível em: <http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2017/06/Portaria58689_03052017.pdf>

⁵ Disponível em: <http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2017/06/Relatorio_PDI-UFF_2013-2016.pdf>

CMOM, informou no Memorando nº 002/2017 de 26/06/2017 através do e-mail de 29/06/2017, que

Em atendimento solicitado, esclarecemos que a aprovação de projetos não está no escopo de atuação desta Comissão de Orçamento e Metas, conforme Portaria que a institui – Portaria nº 58.689, de 03/05/2017.

Ressaltamos também que não há determinação de apreciação por parte dessa comissão quanto a aprovação de projetos de desenvolvimento institucional nos normativos vigentes da universidade onde se estabelecem a destinação de recursos ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

Aproveitamos a oportunidade para esclarecer que com o intuito de acompanhar a execução dos programas e projetos executados para cumprir os objetos estratégicos do PDI, esta comissão solicitou à coordenação de apoio a projetos da PROPLAN – PLAP/PROPLAN a relação dos projetos em execução em 2017 caracterizados como projetos de desenvolvimento institucional nos termos da Norma de serviço 658/2017.

Constatação nº 1:

Ausência de controle tempestivo dos programas e projetos, definidos para execução no exercício de 2017, alinhados aos objetivos estratégicos do PDI.

Dos esclarecimentos apresentados através do Memorando 002/2017, de 26/06/2017, constatamos intempestividade no acompanhamento da execução dos programas e projetos executados para cumprir os objetivos estratégicos do PDI, atribuição definida na letra “b” da Portaria nº 58.689 de 3/05/2017.

Manifestação da Unidade Auditada:

Pedido de providências, emitido com base no relatório do 1º semestre de 2017, realizado através do Memorando AT/CUR nº 006/2018 recebido pela área em 16/03/2018. No prazo para atendimento.

Análise da Auditoria Interna:

Considerando que será solicitado pronunciamento da CMOM, o Controle Interno aguardará manifestação.

Recomendação:

Recomendamos a CMOM o envio da relação de todos os projetos aprovados para execução no exercício de 2017 com recursos do PDI, informando nome do projeto, proponente, valor previsto para custeio e capital.

4. Programas Sociais - PROAES

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES, executa ações de apoio financeiro a estudantes regularmente matriculados, com base nos Programas Sociais, através da concessão de bolsas e auxílios descritos no Quadro 2.

Quadro 2: Programas Sociais - Descrição de Bolsas e Auxílios

Bolsa/Auxílio	Descrição
Bolsa Apoio Transporte	Apoio financeiro mensal para auxiliar os estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial, nas despesas diárias no deslocamento em transporte coletivo entre sua residência e a Universidade.
Auxílio Saúde	O Auxílio Saúde é uma bolsa dada ao estudante para ser usada com gastos de saúde. A Bolsa é uma ação de assistência estudantil, que visa ampliar as condições de permanência dos estudantes de curso de graduação presencial.
Auxílio Creche	Apoio financeiro mensal, para auxiliar os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, que tenha filhos em idade de Educação Infantil, que compreende a idade de 0 a 6 (zero a seis) anos incompletos, nas despesas com creche e prestação de serviço similar.
Auxílio Moradia	Apoio financeiro mensal para atender estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial que residem em cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro ou de outros Estados, no auxílio das despesas com república, vaga, pensionato, dentre outros.
Bolsa Acolhimento para Estudantes Ingressantes	Atende aos estudantes ingressantes nos cursos de graduação presencial que apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro para sua manutenção na Universidade. Atende apenas o estudante devidamente matriculado no primeiro período do curso de graduação presencial da UFF.
Bolsa Desenvolvimento Acadêmico	Tem por objetivo integrar ações de apoio socioeconômico ao acadêmico, a fim de contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e garantir a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior.
Bolsa Apoio ao Aluno com Deficiência ⁶	Atender aos estudantes de graduação que apresentem algum tipo de deficiência, com o intuito de facilitar a acessibilidade, permanência e formação acadêmica de qualidade. Objetivos do Programa: atender a estudantes portadores de deficiência motora, sensorial ou múltipla; possibilitar ao aluno com deficiência, arcar com despesas de deslocamento, aquisição de instrumentos pessoais indispensáveis e de apoio aos estudos; incentivar os estudantes com deficiência a prestar vestibular para a Universidade.
Bolsa Apoio Emergencial	Concedida ao estudante que por algum motivo momentâneo e inesperado, necessite de um auxílio financeiro para permanecer na Universidade. A Bolsa visa atender ao

⁶ <http://www.uff.br/dac/norma-servico-N%BA606-Bolsa.htm>

	estudante regularmente matriculado em disciplinas de cursos de graduação presencial, de acordo com a Norma de Serviço Nº 564, de 11 de janeiro de 2006. É uma Bolsa de caráter excepcional, sendo concedida pela Divisão de Serviço Social por um período de 1 a 3 meses de acordo com os critérios prioritários: <ul style="list-style-type: none"> • Perda familiar recente do responsável pela renda; • Desemprego recente do estudante/ familiar provedor principal da casa; • Outras situações excepcionais a serem avaliadas pela Divisão de Serviço Social.
Auxílio Alimentação para Estudantes dos Campi em Expansão	Apoio financeiro mensal aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, situados em municípios fora da sede (Niterói), para auxiliar nas despesas com alimentação.

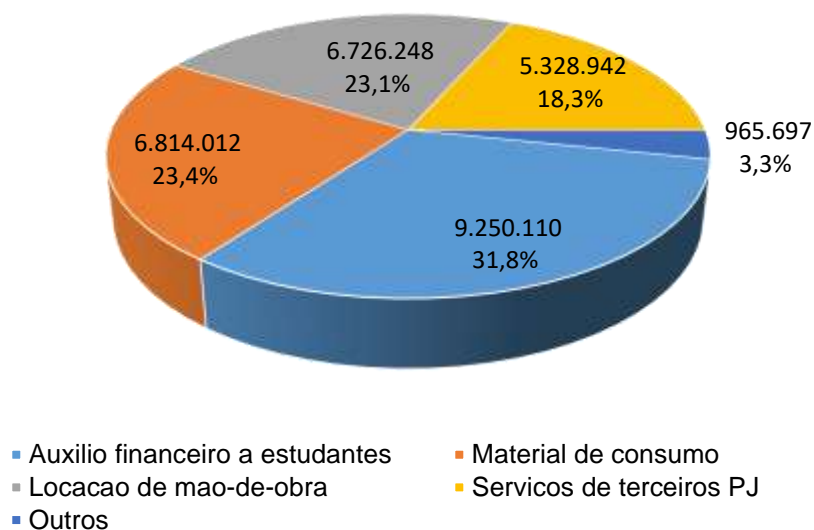
Fonte: Site UFF

Uma das fontes de recursos para assistência social aos estudantes ocorre através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Programa 4002). Este programa, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

No exercício de 2017 a UFF recebeu como dotação inicial o montante R\$ 31.056.759,00 para desenvolvimento do programa em favor de seus estudantes. Neste período foram empenhados R\$ 29.085.011,59 alocados conforme Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Alocação PNAES 2017



Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 3: Valor Unitário de Bolsas

Auxílio	Valor Unitário
Bolsa Apoio Transporte	250,00
Bolsa Acolhimento 1 e 2	350,00
Bolsa Desenvolvimento Acadêmico	440,00
Auxílio Moradia	300,00
Auxílio Alimentação Fora da Sede	200,00
Auxílio Creche	100,00
Auxílio Saúde	80,00
Bolsa Apoio ao Aluno com Deficiência	400,00
Bolsa Apoio Emergencial	400,00

Fonte: PDI UFF 2018-2022

Constatação n.º 2:

Despesas empenhadas com o recurso do PNAES, parecem discrepantes com a finalidade do programa.

Manifestação da Unidade Auditada:

A área não foi questionada.

Análise da Auditoria Interna:

Trata-se de programa, segundo o art 5º, do Decreto nº 7.234 de 2010, para atendimento prioritário de estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Em seu Parágrafo único determina a fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

O art 3º, delimita as áreas de atendimento das ações de assistência estudantil, com utilização de recursos advindos do programa, sendo:

- I - moradia estudantil;
 - II - alimentação;
 - III - transporte;
 - IV - atenção à saúde;
 - V - inclusão digital;
 - VI - cultura;
 - VII - esporte;
 - VIII - creche;
 - IX - apoio pedagógico; e
 - X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
- § 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

A partir da análise da alocação orçamentária, há indícios de desvio do objeto na aplicação do recurso, considerando que no caso tocante a este achado, entendemos ser alta a materialidade do potencial dano a finalidade do programa.

Recomendação:

Recomendamos à PROAES a implementação de controles internos que assegurem a regular utilização dos recursos do PNAES.

Prazo para atendimento: Imediato

5. Balanço Patrimonial - BP

O Balanço Patrimonial é a demonstração que apresenta, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade, bem como os atos potenciais, que são registrados em

contas de compensação (natureza de informação de controle). Esta demonstração é basicamente segregada entre ativo, passivo e patrimônio líquido.

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: a. estiverem disponíveis para realização imediata; e b. tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

O patrimônio líquido é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

No **Quadro 4**, apresentamos o Balanço Patrimonial da UFF, referente ao 2º semestre de 2017 comparando-o ao 2º semestre de 2016, como segue:

Quadro 4: Balanço Patrimonial

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	83.849.353,11	91.784.454,70	PASSIVO CIRCULANTE	18.368.354,71	62.785.557,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	63.988.841,63	47.543.200,94	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	778.159,60	36.127.916,20
Créditos a Curto Prazo	38.473,02	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	38.473,02	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.830.215,11	14.260.576,45
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.695.343,78	31.090.077,63	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	184.575,47	379.613,11
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	9.126.694,68	13.151.176,13	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	575.404,53	12.017.451,66
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.172.409.347,05	1.310.315.011,38	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	208.891,59	7.099.316,60	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	208.891,59	7.099.316,60	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	9.479.089,55	7.099.316,60	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-9.270.197,96	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	18.368.354,71	62.785.557,42
Propriedades para Investimento	-	-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.170.270.268,47	1.301.351.324,30	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	255.682.936,59	247.431.009,73	Resultados Acumulados	1.237.890.345,45	1.339.313.908,66
Bens Móveis	255.682.936,59	247.431.009,73	Resultado do Exercício	-54.555.176,76	60.373.200,70
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	1.339.313.908,66	1.280.955.573,12
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-46.868.386,45	-2.014.865,16
Bens Imóveis	915.515.761,96	1.054.539.143,55	-	-	-
Bens Imóveis	915.515.761,96	1.054.539.143,55	-	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-928.430,08	-618.828,98	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Intangível	1.930.186,99	1.864.370,48	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.237.890.345,45	1.339.313.908,66
Softwares	1.930.186,99	1.864.370,48	-	-	-
Softwares	1.930.186,99	1.864.370,48	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.256.258.700,16	1.402.099.466,08
TOTAL DO ATIVO	1.256.258.700,16	1.402.099.466,08			

Fonte: SIAFI - DCF

Informação n.º 1:

O ativo da Universidade totalizou o montante de R\$ 1.256.258.700,16 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentando assim uma redução de 10,4% em relação ao exercício de 2016, equivalente a R\$ 145.840.765,92. Sendo que o Ativo Não Circulante, o qual representa 93,3% deste total, também apresentou uma redução de 10,5% em relação ao ano anterior.

Constatação n.º 3:

O principal fator de impacto do Ativo Total ocorreu no subgrupo Imobilizado, especificamente em Bens Imóveis com redução de R\$ 139.023.381,59; apresentando maiores variações nas contas abaixo:

Quadro 5: Variação Bens Imóveis – 2017 x 2016

Conta Contábil	Variação
123210107 IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	-65.829.713,27
123210601 OBRAS EM ANDAMENTO	-37.416.691,00
123210198 OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	-13.279.094,34
123210201 IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	-10.920.000,00
123210102 EDIFICIOS	-4.073.691,51
123210116 HOSPITAIS	-3.770.773,83

Fonte: Tesouro Gerencial

Manifestação da Unidade Auditada:

O DCF/PROPLAN pronunciou-se através do a respeito dos maiores efeitos da variação das contas acima através do Memorando DCF 115/2018. Este por sua vez indicou a CAP/SAEN como responsável pelo cálculo e lançamento destas reavaliações.

A CAP/SAEN, ao ser questionada, pronunciou-se através do Memorando 178/2018, informando que o processo de reavaliação de imóveis vêm sendo realizadas desde 2015 através da categoria “12 meses”, mas que ao longo do processo de foram utilizados critérios diferenciados devido disponibilidade de dados para a realização da atividade.

Análise da Auditoria Interna:

Em 26/03/2018 realizamos reunião com o Sr. Wilson Vanderley Costa Souza do DCF, o Sr. Carlos Alberto Belmont e a Sra. Carla Cristina da Rosa de Almeida Alves na qual foi explicado o processo de reavaliação do bens imóveis.

A reavaliação de imóveis, sob a ótica da engenharia, é normatizada pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, a qual estabelece três diferentes métodos para o cálculo do valor

patrimonial dos respectivos imóveis conforme o grau de maturidade da gestão imobiliária dos órgãos e autarquias. A UFF atualmente passou por um processo de mudança de critério posicionando-se no nível intermediário, em que a avaliação deve ser realizada a cada 12 meses. Tal mudança de critério provocou grandes variações nas avaliações monetárias dos bens imóveis da Universidade. A reavaliação dos imóveis é realizado pela Sra. Carla Cristina da Rosa de Almeida Alves, Arquiteta e Urbanista que atualmente ocupa a função de Diretora da Divisão de Preservação e Sustentabilidade.

Conforme Manual Siafi 020335 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável - as reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado, pelo menos: a) anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente ou a cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas; somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa, deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores; na impossibilidade de se estabelecer o valor de mercado, o valor do ativo pode ser definido com base em parâmetros de referência que considerem características, circunstâncias e localizações assemelhadas; para se proceder à reavaliação deve ser formada uma comissão de no mínimo três servidores, ou contratando peritos, ou empresa especializada; estes deverão elaborar o laudo de avaliação, que deve conter, ao menos: a) documentação com descrição detalhada de cada bem avaliado; b) identificação contábil do bem; c) critérios utilizados para avaliação e sua respectiva fundamentação; d) vida útil remanescente do bem, e) data de avaliação.

Diante do que expressa a norma contábil para reavaliação de ativos e das considerações feitas pela CAP/SAEN e DCF/PROPLAN, entende-se que não foram atendidos todos os requisitos necessários para a reavaliação dos imóveis, haja vista que: o principal fator para as significativas variações no valor líquido monetário foram provocadas por mudança no critério de avaliação e não no valor de mercado; que desta forma as reavaliações poderiam ser realizadas em prazo de até quatro anos; que não foi contratada consultoria especializada, perito ou formada comissão de pelo menos três servidores para realizar o processo de reavaliação; que não foram apresentados laudos técnicos observados todos as informações necessárias.

Recomendação:

Recomenda-se ao DCF que se observe e considere todos os requisitos exigidos pela referida norma para a reavaliação imobiliária, evitando-se que a avaliação individual de um único servidor técnico-administrativo possa impactar, positiva ou negativamente, o valor patrimonial da Universidade e o seu resultado do exercício, assim provocando significativas variações aumentativas ou diminutivas relevantes e desta forma a reavaliação seja realizada com um confortável nível de confiança.

Constatação n.º 4:

Outra significativa movimentação, R\$ 22.328.197,86, ocorreu no subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, especificamente na conta Adiantamentos de Transferências Voluntárias (conta contábil 113110400).

Manifestação da Unidade Auditada:

O DCF/PROPLAN se pronunciou através do Memorando DCF 115/2018. Trata-se de ajuste contábil referente a exercícios anteriores efetuado pela STN, conforme novo entendimento da STN, os repasses realizados através de convênios não atendem a todos os requisitos exigidos pelo MCASP para que sejam caracterizados como um ativo da entidade, desta forma, devem ser contabilizados como variações patrimoniais diminutivas.

Análise da Auditoria Interna:

Tais ajustes foram então realizados em 2017 pela STN, impactando tanto o ativo quanto o patrimônio líquido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, porém sem efeito financeiro. Estes ajustes refletem a conformidade com normas contábeis em relação aos exercícios anteriores.

Conforme Manual Siafi (021141), o ajuste de exercícios anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de

erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. O órgão ou entidade inicialmente devem realizar ajustes para que o balanço patrimonial reflita a realidade dos seus elementos patrimoniais.

Recomendação:

Recomenda-se que o DCF/PROPLAN implemente análise contábil que verifique periodicamente os saldos das contas da Adiantamentos de Transferências Voluntárias (conta contábil 113110400) de modo que sejam evitados atrasos na prestação de contas para que as contas do ativo retratem com fidedignidade os bens e direitos da Universidade.

Constatação n.º 5:

O subgrupo Ativo Realizável a Longo Prazo também apresentou uma relevante redução na conta Ajuste Perdas de Dívida Ativa Não Tributária (conta contábil 121119906), no total de R\$ 9.270.197,96.

Manifestação da Unidade Auditada:

Segundo o DCF, através do Memorando DCF 115/2018, justificou que tal movimentação para ajustar e melhor refletir a probabilidade de recebimento de créditos vencidos e inscritos na dívida ativa não tributária da Universidade. A memória de cálculo utilizada foi a taxa histórica do últimos três anos, a qual foi de apenas 2,2%. Vale ressaltar que tal procedimento nunca havia antes sido adotado pelo DCF/PROPLAN em relação aos anos anteriores.

Análise da Auditoria Interna:

Embora tal medida atenda aos padrões contábeis de buscar refletir melhor valoração do patrimônio conforme sua capacidade de geração de recebimento e benefícios econômicos, entretanto, o método de mensuração talvez não seja o mais adequado, além de já ter sido descontinuado pelo MCASP, haja vista que pode torná-lo viciado, outrossim, os

procedimentos de cobrança e qualificação dos créditos apresentam oportunidades de otimização e assim melhor a recuperação dos créditos vencidos.

Conforme Manual Siafi (021112) para que a contabilidade possa evidenciar com precisão e clareza o Patrimônio do Ente Público faz-se necessário que os valores a receber que apresentem significativa probabilidade de não realização, sejam ajustados a valor realizável. O ajuste deve ser feito por intermédio da utilização de uma conta redutora do ativo que esteja mensurado acima do valor provável de realização.

Recomendação:

Recomenda-se maiores esforços de cobrança dos créditos vencidos para que seja alcançada maior taxa de sucesso na recuperação dos créditos. Sobretudo, porque 77,75% destes (R\$ 7.370.258) são referentes a Cessão de Servidos para outros órgãos da Administração Pública das três esferas públicas.

Ainda conforme o Manual Siafi (021112) os créditos vencidos de autarquias e fundações públicas, não há transferência de responsabilidade na cobrança de ativos dentro do mesmo Ente Público, entre o órgão ou unidade de origem do crédito e o órgão ou unidade competente para inscrição.

Constatação n.º 6:

No Passivo o subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou uma redução de R\$ 11.442.047,13 impactado principalmente pela conta IRRF Devido ao Tesouro Nacional (conta contábil 218810104) que teve uma redução de R\$ 10.815.571,49.

Manifestação da Unidade Auditada:

O DCF/PROPLAN se pronunciou através do Memorando DCF 116/2018 que a retenção de IRRF da folha de pagamento de dezembro de 2016 foi devidamente realizada dentro do exercício,

porém o recolhimento ao Tesouro Nacional que comumente é realizado na mesma competência, foi executado somente no exercício seguinte, em janeiro de 2017

Análise da Auditoria Interna:

Embora o recolhimento feito tenha sido realizado em janeiro e respeitado os prazos previstos, este fato implicou na inconsistência dos procedimentos contábeis prejudicando a comparabilidade entre os períodos.

Recomendação:

Recomenda-se ao DCF/PROPLAN que mantenha a consistência das retenções e recolhimentos, de forma a preservar a comparabilidade entre os períodos, assim como evitar riscos operacionais que possam provocar o descumprimento do prazo normativo.

Informação n.º 2:

O Patrimônio Líquido apresentou uma significativa redução de R\$ 101.423.563,21; sendo o Resultado do Exercício responsável por R\$ 54.555.176,76; além de lançamentos na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores que totalizaram R\$ 44.853.521,29.

Constatação n.º 7:

Houve um lançamento no montante de R\$ 7.011.210,30, Assim como o lançamento de R\$ 22.328.197,86 referente ao Acórdão 1320/2017-TCU.

Manifestação da Unidade Auditada:

O DCF/PROPLAN através do Memorando DCF 116/2018 reportou que tais lançamentos são referentes a contrapartidas dos ajustes realizados na conta de Dívida Ativa Não Tributária e Adiantamentos de Transferências Voluntárias.

Análise da Auditoria Interna:

Lançamentos referentes a exercícios de anos anteriores em valor significativo que demonstram fragilidades na realização de análises contábeis que poderiam e deveriam ajudar a retratar com maior fidedignidade o patrimônio da Universidade.

Recomendação:

Recomenda-se a adoção de análise periódica das contas de contrapartida que provocaram tais ajustes referentes a exercícios anteriores. De maneira que os resultados dos exercícios reflitam adequadamente toda a variação patrimonial conforme às normas contábeis vigentes.

Constatação n.º 8:

Lançamento de R\$ 10.600.000,00 realizado no mês de agosto.

Manifestação da Unidade Auditada:

Por meio do Memorando DCF 116/2018 O DCF/PROPLAN comunicou que tal lançamento é referente ao estorno de lançamento devido duplicidade referente à aquisição do Cine Icarai.

Análise da Auditoria Interna:

Embora tal lançamento represente uma devida adequação dos registros contábeis ao patrimônio da Universidade, indica também uma fragilidade no controle do patrimônio imobiliário da entidade.

Recomendação:

Recomenda-se a realização de inventário físico e contábil dos bens imobiliários da entidade, de maneira que diferenças significantes, tal como esta, sejam identificadas e corrigidas, e assim retratem com fidedignidade o patrimônio da Universidade.

Constatação n.º 9:

Identificado lançamento de R\$ 2.987.346,75 em setembro.

Manifestação da Unidade Auditada:

Por meio do Memorando DCF 116/2018 O DCF/PROPLAN comunicou que tal lançamento é referente a ajustes de estoque de almoxarifado, no qual foram baixados itens de consumo imediato que haviam sido indevidamente contabilizados como estoques.

Análise da Auditoria Interna:

Este lançamento corrobora a fragilidade no controle do patrimônio da entidade, não apenas relativos a bens imóveis, como também a estoques, superavaliando indevidamente o ativo da universidade.

Recomendação:

Recomenda-se a realização de inventário físico e contábil dos itens de estoque da entidade, de maneira que diferenças significantes, tal como esta, sejam identificadas e corrigidas, e assim retratem com fidedignidade os itens de estoque da Universidade.

Informação nº 3:

Observamos, no Quadro 4, que houve procedimento de atualização do patrimônio imobiliário da UFF, conforme registro contábil de Depreciação e Exaustão no montante de R\$ 928.430,08.

Constatação n.º 10:**Valor patrimonial dos bens móveis desatualizado.**

Constatamos, na análise do Quadro 4 e em consulta ao SIAFI, que existem movimentações no período em análise nas contas contábeis do grupo 12310.00.00, porém, permanece a não

observância da NBC T 16.9, normativo que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da Depreciação aplicável sobre os valores dos Bens Móveis, classificados no Ativo Imobilizado.

A Auditoria Técnica, quando da análise do 4º trimestre de 2016, enviou o Memorando Circular AT/CUR nº 001/2017, de 01/06/2017 contendo o Parecer de Auditoria nº 003/2017, com as recomendações sobre o assunto, para a CAP/PREUNI [SAEN], o DCF e a STI.

Manifestação da Unidade Auditada:

Pedido de providências, emitido com base no relatório do 1º semestre de 2017, realizado através do Memorando AT/CUR nº 007/2018 recebido pela área em 26/02/2018. No prazo para atendimento.

Análise da Auditoria Interna:

Na análise do 1º semestre de 2017, ora em execução, quanto ao atendimento do normativo técnico, evidenciamos o mesmo fato de que a apuração da depreciação dos bens não ocorreu mensalmente, como previsto na NBC T 16.9.

Ressaltamos que o DCF não se pronunciou sobre o assunto.

Assim, destacamos que, os procedimentos a serem adotados nas Unidades serão objeto de acompanhamento através do plano de providências correspondente.

Recomendação:

Reiteramos à CAP/SAEN e a STI que envidem esforços para a implementação e execução dos procedimentos de depreciação dos bens móveis no SISAP.

Prazo para atendimento: Imediato

Recomendação:

Recomendamos ao DCF que acompanhe a execução dos procedimentos de depreciação dos bens móveis, posto a exigência legal de demonstração atualizada do valor do patrimônio da Universidade.

Prazo para atendimento: Imediato

6. Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

Esta demonstração apresenta as variações que provocam alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício; e também variações qualitativas ou permutativas que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado:

- 1) Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários;
- 2) Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários

Informação n.º 4

O resultado patrimonial do exercício apresentou um déficit de R\$ 54.555.176,76, ante um superávit de R\$ 60.373.200,70 no exercício de 2017.

Quadro 6: Variações Patrimoniais Aumentativas

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.946.506.073,53	2.567.261.385,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.678.615,94	12.310.567,57
Venda de Mercadorias	16.997,53	34.140,28
Vendas de Produtos	72,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.661.546,41	12.276.427,29
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.244.962,10	883.389,07
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.960.769,67	7.505,46
Variações Monetárias e Cambiais	283.581,12	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	611,31	875.883,61
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.825.326.628,29	2.512.980.484,03
Transferências Intragovernamentais	2.808.812.486,02	2.480.202.287,66
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	16.514.142,27	32.778.196,37
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	90.183.535,75	19.441.328,83
Reavaliação de Ativos	55.606.063,09	0,00
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	34.264.636,82	6.843.676,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	312.835,84	12.597.652,49
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	16.072.331,45	21.645.616,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	597.323,51	106.261,07
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15.475.007,94	21.539.354,93
	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 7: Variações Patrimoniais Diminutivas

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.001.061.250,29	2.506.888.184,80
Pessoal e Encargos	1.217.008.505,71	1.189.430.769,20
Remuneração a Pessoal	957.850.356,09	945.527.973,20
Encargos Patronais	192.612.506,25	179.598.113,39
Benefícios a Pessoal	65.754.180,14	63.419.475,67
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	791.463,23	885.206,94
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	716.170.802,91	551.522.523,30
Aposentadorias e Reformas	595.811.420,75	445.036.883,52
Pensões	117.220.373,25	103.243.980,70
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.139.008,91	3.241.659,08
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	286.288.226,49	239.619.023,06
Uso de Material de Consumo	47.129.710,18	40.382.519,23
Serviços	238.848.915,21	198.656.988,77
Depreciação, Amortização e Exaustão	309.601,10	579.515,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	557.192,44	970.377,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	466.826,47	599.092,52
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	90.365,97	50.430,27
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	507.720.038,50	473.342.472,58
Transferências Intragovernamentais	505.822.824,97	472.506.783,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	95.522,66	177.516,93
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.801.690,87	658.172,59
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	239.185.808,42	19.521.626,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	173.466.864,64	677.500,00
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	7.497.170,37	2.014.523,67
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	58.221.773,41	16.638.697,09
Tributárias	275.691,35	209.947,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	275.048,27	206.742,62
Contribuições	643,08	3.204,60
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	33.854.984,47	32.271.445,68
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	33.847.071,83	32.269.475,21
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.912,64	1.620,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-54.555.176,76	60.373.200,70

Fonte: SIAFI

Constatação n.º 11:

Foram identificados lançamentos que somam R\$ 52.735.357,77 referentes a baixas de obras em andamento em razão do aceite definitivo e a conclusão das obras.

Manifestação da Unidade Auditada:

O DCF/PROPLAN pronunciou-se a respeito dos maiores efeitos da variação das contas acima através do Memorando DCF 117/2018. Referem-se a procedimento de ajuste patrimonial referente a valores pagos às construtoras durante a construção de prédios e lançados na conta Obras em Andamento (conta transitória) até que seja dado o Termo de Aceite definitivo. Procedimento de mensuração de edificações pelo custo de construção conforme Macrofunção SIAFI 020344.

Análise da Auditoria Interna:

Conforme Manual SIAFI 020344 - Bens Imóveis, a conclusão da obra e classificação do bem imóvel construído deveria ocasionar um lançamento a débito na conta 12321.XX.XX Bens Imóveis e um lançamento a crédito na conta 12321.06.01 - Obras em Andamento.

Os lançamentos realizados pelo DCF na conta 365010100 Desincorporação de Ativos provocaram um aumento nas Variações Patrimoniais Diminutivas e uma baixa no Ativo Não Circulante de R\$ 52.735.357,77 sem correspondente lançamento que anulasse os seus efeitos no resultado. Desta forma, este lançamento não está de acordo com as normas contábeis e assim não refletem fidedignamente o resultado patrimonial do exercício, assim como o saldo de imobilizado da Universidade.

Tais ocorrências devem ser corrigidas em momento oportuno para que as demonstrações contábeis sejam apresentadas adequadamente às normas contábeis.

Recomendação:

Recomenda-se ao DCF que junto com a CAP/SAEN revise os procedimentos de encerramento contábil de obras em andamento e imobilização dos gastos efetuados referentes à construção dos imóveis.

É desejável que se discuta e desenvolva normativo interno, no âmbito da UFF, para que os procedimentos de imobilização de obras sejam cumpridos respeitando-se rigorosamente às normas contábeis e também atenda às necessidades operacionais e técnicas da SAEN.

Constatação nº 12:

No mês de junho houve um lançamento de R\$ 1.957.637,73 na conta Outros Juros e Encargos de Mora (conta contábil 442910100).

Manifestação da Unidade Auditada:

Através do Memorando DCF 117/2018 o DCF/PROPLAN informou que trata-se de atualização do saldo da dívida ativa em um processo contra a Livraria Kibooks Ltda.

Análise da Auditoria Interna:

A atualização do saldo da dívida ativa é um procedimento adequado mas que não era executado antes do exercício de 2017, assim não refletindo o devido saldo de um dos direitos da entidade.

Segundo Manual Siafi (021112) os créditos inscritos em Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização de valores deve ser lançada no mínimo mensalmente, de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Recomendação:

Recomenda-se a atualização periódica do saldo da dívida ativa não tributária, de maneira a refletir adequadamente os créditos a receber da Universidade, assim como a sua variação patrimonial aumentativa.

Constatação 13:

Lançamentos no montante de R\$ 2.476.548,31.

Manifestação da Unidade Auditada:

Registros referentes a atualização monetária de créditos a receber.

Análise da Auditoria Interna:

A atualização do saldo da dívida a receber é um procedimento adequado mas que não é executado com periodicidade mensal, assim não refletindo o devido saldo de um dos direitos da entidade.

Segundo Manual Siafi (021112) os créditos inscritos em Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização de valores deve ser lançada no mínimo mensalmente, de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Recomendação:

Recomenda-se a atualização da dívida à receber, de maneira a refletir adequadamente os créditos a receber da Universidade, assim como a sua variação patrimonial aumentativa.

Informação 5:

No exercício de 2016 a Universidade reconheceu receita de R\$ 875.883,61 referente a Remuneração de Aplicações Financeiras oriundas da arrecadação própria. Em 2017, este tipo de receita sofreu uma significativa redução para R\$ 611,31.

Solicitamos ao DCF/PROPLAN esclarecimentos através da SA 006/2018 a respeito desta variação entre exercícios. Esta variação ocorreu devido a uma orientação da Setorial Contábil do MEC, na qual a UFF não está autorizada a aplicar e utilizar estes rendimentos sem que haja autorização legislativa específica para realizar estas aplicações. Deste modo, esta é uma receita que não deverá ser observada nos próximos exercícios.

7. Balanço Orçamentário – BO

O BO é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas previstas e as despesas realizadas, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário do período analisado.

Os Quadros 5 e 6 representam resumidamente os valores do Balanço Orçamentário, referentes ao período sob análise, sendo o Quadro 5 a demonstração das receitas previstas e as realizadas e o Quadro 6 a evidenciação dos saldos das despesas orçamentárias no mesmo período.

Quadro 8: Receitas Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	26.789.752,00	26.789.752,00	25.642.681,99	-1.147.070,01
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	9.172.863,00	9.172.863,00	2.790.230,53	-6.382.632,47
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	8.203.138,00	8.203.138,00	2.789.619,22	-5.413.518,78
Valores Mobiliários	969.725,00	969.725,00	611,31	-969.113,69
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	1.845,00	1.845,00	72	-1.773,00
Receitas de Serviços	16.323.418,00	16.323.418,00	9.804.630,48	-6.518.787,52
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	16.323.418,00	16.323.418,00	9.804.630,48	-6.518.787,52
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.291.626,00	1.291.626,00	13.047.748,98	11.756.122,98
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.290.344,00	1.290.344,00	12.809.226,78	11.518.882,78
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	1.282,00	1.282,00	238.522,20	237.240,20
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	26.789.752,00	26.789.752,00	25.642.681,99	-1.147.070,01
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	26.789.752,00	26.789.752,00	25.642.681,99	-1.147.070,01
DEFICIT			2.291.346.499,98	2.291.346.499,98
TOTAL	26.789.752,00	26.789.752,00	2.316.989.181,97	2.290.199.429,97
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Informação n.º 6:

Observamos que do total das Receitas Orçamentárias Previstas Atualizadas no valor de R\$ 26.789.752,00, foram realizadas somente em Receitas Correntes no montante de R\$ 25.642.681,99, gerando um *déficit* de arrecadação no período de R\$ 1.147.070,01. Destacamos que não foram previstas e nem realizadas Receitas de Capital no período em análise. O *déficit* acumulado totaliza o montante de R\$ 2.291.346.499,98. O saldo total das Receitas Orçamentárias constatado para o período foi de R\$ 2.290.199.429,97.

Quadro 9: Despesas Orçamentárias

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.055.103.279,00	2.143.009.723,00	2.285.609.971,77	2.211.730.288,72	2.201.819.990,37	-142.600.248,77
Pessoal e Encargos Sociais	1.790.358.017,00	1.876.498.608,00	1.861.547.695,09	1.861.239.080,51	1.860.442.896,55	14.950.912,91
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	264.745.262,00	266.511.115,00	424.062.276,68	350.491.208,21	341.377.093,82	-157.551.161,68
DESPESAS DE CAPITAL	42.978.141,00	41.797.589,00	31.379.210,20	13.491.299,15	12.224.845,56	10.418.378,80
Investimentos	42.978.141,00	41.797.589,00	31.379.210,20	13.491.299,15	12.224.845,56	10.418.378,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.098.081.420,00	2.184.807.312,00	2.316.989.181,97	2.225.221.587,87	2.214.044.835,93	-132.181.869,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM	2.098.081.420,00	2.184.807.312,00	2.316.989.181,97	2.225.221.587,87	2.214.044.835,93	-132.181.869,97
TOTAL	2.098.081.420,00	2.184.807.312,00	2.316.989.181,97	2.225.221.587,87	2.214.044.835,93	-132.181.869,97

Fonte: SIAFI

Informação n.º 7:

Nas Despesas Orçamentárias, Quadro 9, observamos que da Dotação Atualizada com Despesas Correntes no valor de R\$ 2.143.009.723,00, foram empenhados o montante de R\$ 2.285.609.971,77, sendo R\$ 2.211.730.288,72 Liquidadas e R\$ 2.201.819.990,37 Pagas, resultando em um saldo final negativo de Dotação de Despesas Correntes do período no valor de R\$ 142.600.248,77.

A Dotação Atualizada para as Despesas de Capital totaliza o valor de R\$ 41.797.589,00, sendo que deste montante foram empenhados R\$ 31.379.210,20, sendo Liquidadas R\$ 13.491.299,15, e Pagas 12.224.845,56 restando o saldo de Dotação de R\$ 10.418.378,80. Vale ressaltar que esses valores correspondem a Investimentos visto que as demais contas (Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) não apresentaram valores no período em análise.

Ressaltamos que do Total das Despesas Orçamentárias Empenhadas, de R\$ 2.316.989.181,97, foram liquidadas R\$ 2.225.221.587,87 e pagas R\$ 2.214.044.835,93. Isto posto, resultando em déficit orçamentário de R\$ 132.181.869,97.

7.1. Despesas Correntes

No Quadro 10 evidenciamos as Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários-Total.

Quadro 10: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1 – Despesas de Pessoal	1.861.547.695,09	1.670.935.004,74	1.861.239.080,51	1.670.935.004,74	308.614,58	-	1.860.442.896,55	1.628.884.335,19
3190.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	959.950.047,53	892.386.518,41	959.949.392,43	892.386.518,41	655,10	-	959.949.392,43	867.304.347,71
3190.01.00 - APOSENTADORIA E REFORMAS	551.339.251,08	462.950.317,34	551.339.251,08	462.950.317,34	-	-	551.339.251,08	458.912.658,90
3191.13.00 - OBRIG. PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	186.546.898,31	173.977.776,29	186.353.148,49	173.977.776,29	193.749,82	-	185.574.988,89	162.097.902,05
Demais elementos do grupo	163.711.498,17	141.620.392,70	163.597.288,51	141.620.392,70	114.209,66	-	163.579.264,15	140.569.426,53
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	424.062.276,68	346.480.792,25	350.491.208,21	311.697.094,66	73.571.068,47	34.783.697,59	341.377.093,82	301.475.496,33
3390.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	145.530.138,01	83.622.006,03	85.309.860,72	64.026.798,45	60.220.277,29	19.595.207,58	77.555.855,25	62.794.387,16
3390.37.00 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	83.854.495,48	79.039.952,96	80.155.780,73	76.078.509,72	3.698.714,75	2.961.443,24	79.738.149,16	73.781.373,28
3390.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.654.748,57	37.103.512,03	44.501.651,06	37.011.546,93	153.097,51	91.965,10	44.499.656,57	36.651.498,34
3390.46.00 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	37.578.659,66	39.253.858,91	37.578.659,66	39.182.518,00	-	71.340,91	37.578.659,66	36.573.107,86
3390.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	36.425.977,41	33.371.743,94	29.691.277,84	25.331.585,79	6.734.699,57	8.040.158,15	28.902.784,01	24.003.385,58
3390.18.00 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.306.789,37	16.206.466,87	15.946.466,24	15.022.264,33	1.360.323,13	1.184.202,54	15.800.708,85	15.016.289,11
Demais elementos do grupo	58.711.468,18	57.883.251,51	57.307.511,96	55.043.871,44	1.403.956,22	2.839.380,07	57.301.280,32	52.655.455,00
Totais	2.285.609.971,77	2.017.415.796,99	2.211.730.288,72	1.982.632.099,40	73.879.683,05	34.783.697,59	2.201.819.990,37	1.930.359.831,52

Fonte: SIAFI

Informação n.º 8:

Da análise do Quadro 10, podemos observar que o valor pago com Despesas de Pessoal atingiu o montante de R\$ 1.860.442.896,55 no período. Verificamos que, comparados ao período anterior, houve aumento tanto das Despesas de Pessoal quanto das Outras Despesas Correntes e a soma desses dois grupos de contas totaliza o valor pago de R\$ 2.201.819.990,37 em 2017. Não houve despesa envolvendo a conta Juros e Encargos da Dívida.

7.2. Despesas de Capital

O Quadro 11 a seguir apresenta, resumidamente, as Despesas de Capital onde estão demonstrados os Investimentos em: Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente e demais elementos do grupo.

Quadro 11: Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4 – Investimentos	31.379.210,20	38.520.191,39	13.491.299,15	31.405.208,53	17.887.911,05	7.114.982,86	12.224.845,56	30.648.814,30
4490.51.00 - OBRAS E INSTALACOES	17.981.626,46	6.163.963,48	6.981.261,71	3.791.491,77	11.000.364,75	2.372.471,71	6.075.023,15	3.208.927,26
4490.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.195.805,58	10.201.280,90	4.787.103,50	5.460.969,75	6.408.702,08	4.740.311,15	4.426.888,47	5.287.140,03
4490.92.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.850.500,75	21.870.199,31	1.689.349,30	21.870.199,31	161.151,45	-	1.689.349,30	21.870.199,31
Demais elementos do grupo	351.277,41	284.747,70	33.584,64	282.547,70	317.692,77	2.200,00	33.584,64	282.547,70
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
4590.61.00 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	31.379.210,20	38.520.191,39	13.491.299,15	31.405.208,53	17.887.911,05	7.114.982,86	12.224.845,56	30.648.814,30

Fonte: SIAFI

Informação n.º 9:

Na análise do Quadro 1, verificamos que houve redução dos montantes direcionados ao grupo de despesas de Investimentos, comparando 2017 com o ano anterior. Apesar do aumento de investimentos em Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, a redução ocorreu em Despesas de Exercícios Anteriores. As contas Inversões Financeiras e Amortização da Dívida não apresentaram movimentação monetária nos exercícios financeiros destacados.

7.3. Restos a Pagar

Por entendimento legal, Restos a Pagar são compromissos assumidos (despesas empenhadas) e não pagos dentro do exercício financeiro correspondente, distinguidos em Processados (liquidados e não pagos) e em Não Processados (não liquidados e, por conseguinte, não pagos).

No Quadro 12, apresentamos o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados - RPNP, no Órgão 26236, onde constam evidenciados os montantes inscritos:

Quadro 12: Restos a Pagar Não Processados - RPNP

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.651.833,42	34.783.697,59	32.738.158,99	32.265.764,59	6.293.363,73	4.876.402,69
Pessoal e Encargos Sociais	4.138.296,88	-	73.161,79	73.161,79	4.014.169,59	50.965,50
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.513.536,54	34.783.697,59	32.664.997,20	32.192.602,80	2.279.194,14	4.825.437,19
DESPESAS DE CAPITAL	9.036.638,62	7.114.982,86	10.317.626,26	10.299.363,38	1.603.224,90	4.249.033,20
Investimentos	9.036.638,62	7.114.982,86	10.317.626,26	10.299.363,38	1.603.224,90	4.249.033,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.688.472,04	41.898.680,45	43.055.785,25	42.565.127,97	7.896.588,63	9.125.435,89

Fonte: DCF

Informação n.º 10:

Como demonstrado no Quadro 12, as Despesas Orçamentárias registradas em Restos a Pagar Não Processados apresentaram saldo final no montante de R\$ 9.125.435,89. Deste total, são

Despesas Correntes o montante de R\$ 4.876.402,69 (Pessoal e Encargos Sociais - R\$ 50.965,50 e Outras Despesas Correntes - R\$ 4.825.437,19) e são Despesas de Capital o montante de R\$ 4.249.033,20 (Investimentos).

O Quadro 13, evidencia os montantes referentes ao Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados - RPP, no Órgão 26236:

Quadro 13: Restos a Pagar Processados – RPP

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.047.932,21	53.057.534,13	54.793.688,73	58.032,88	6.253.744,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	42.065.378,27	42.065.378,27	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.047.932,21	10.992.155,86	12.728.310,46	58.032,88	6.253.744,73
DESPESAS DE CAPITAL	-	780.232,52	780.232,52	-	-
Investimentos	-	780.232,52	780.232,52	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8.047.932,21	53.837.766,65	55.573.921,25	58.032,88	6.253.744,73

Fonte: DCF.

Informação n.º 11:

Como demonstrado no Quadro 13, o saldo total dos Restos a Pagar Processados somou a quantia de R\$ 6.253.744,73 correspondente à Outras Despesas Correntes. As rubricas Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida não apresentaram qualquer registro no final do período analisado.

Destacamos que os saldos a pagar em 31/12/2016, no Órgão 26236, foram detalhados nos Quadros 12 e 13.

No Quadro 14, para conhecimento de todos os registros oriundos de exercícios anteriores, estão demonstrados os saldos a pagar em 31/12/2016, nos Órgãos 26236 e HUAP (26366).

Quadro 14: Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados			
Ano de Inscrição	Órgão 26236	HUAP	Total
2016	10.412,42	10.412,42	20.824,84
2015	248,05	-	248,05
2014	5.824.919,63	-	5.824.919,63
2013	267.321,82	99.321,82	366.643,64
2012	138.002,83	22.225,00	160.227,83
2011	12.839,98		12.839,98
TOTAL	6.253.744,73	131.959,24	6.385.703,97

Restos a Pagar Processados			
Ano de Inscrição	Órgão 26236	HUAP	Total
2016	4.300.683,33	187.080,03	4.487.763,36
2015	3.442.857,96	76.012,00	3.518.869,96
2014	866.500,13	50.244,54	916.744,67
2013	89.509,42	82.417,27	171.926,69
2012	115.575,69	114.235,27	229.810,96
2011	17.451,05	2.220,27	19.671,32
2010	61.270,31		61.270,31
2009	231.588,00		231.588,00
TOTAL	9.125.435,89	512.209,38	9.637.645,27

Fonte: SIAFI - DCF

Constatação nº. 14:

Existência de saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes a vários exercícios anteriores.

Na análise do Quadro 14, constatamos a existência de saldos a pagar em 31/12/2017 relativos a Restos a Pagar Processados referentes a 6 anos e Não Processados referentes a 8 anos inscritos em exercícios anteriores.

O Ministério da Educação, em Repositório de Arquivos do MEC – RAMEC⁷, esclarece sobre volume de Restos a Pagar no 2º trimestre de 2016, no âmbito do Ministério, como segue:

Nota 3 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

O Ministério da Educação (MEC), atualmente, é o órgão superior que possui o maior volume de restos a pagar não processados inscritos quando considerado apenas o orçamento proveniente das unidades orçamentárias (UO's) vinculadas à sua estrutura, detendo cerca de 18% do total geral (...).

O TCU, considerando o estoque de restos a pagar processados e não processados e a obrigatoriedade de se observar o que dispõe normativo sobre a inscrição e a manutenção de despesas em restos a pagar, expediu diversos Acórdãos norteadores, que destacamos alguns abaixo, como segue:

Acórdão nº 226/2016 - TCU – Plenário, de 17/02/2016,

(...)

1.8. Recomendar:

(...)

1.8.3. ao Ministério das Cidades, **ao Ministério da Educação** e ao Ministério do Turismo que regularizem o cadastro no Siafi dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados no que se refere à informação do número do processo, contrato, termo ou outro instrumento similar, com a finalidade de garantir a transparência do gasto público, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal; **(nosso grifo)**

Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências,

(...)

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de

⁷ **Notas Explicativas do 2º trimestre de 2016**, 1. 10.Descrições Nota Explic. - Restos a Pagar 2º Trim 2016, em <http://ramec.mec.gov.br/spo/2016-orientacoes-tecnicas-da-setorial-contabil/notas-explicativas-e-revisoes-analiticas-2016/2-trimestre>

afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

(...)

Acórdão nº 2823/2015 – TCU – Plenário, de 04/11/2015,

(...)

9.1. determinar à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional que apresentem, até 30/11/2015, plano de ação conjunto com medidas que busquem conter, nos próximos exercícios, o aumento do estoque de restos a pagar processados e não processados, em especial dos restos a pagar relativos às despesas obrigatórias, em atendimento ao princípio da anualidade orçamentária, previsto no art. 165, III, da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Lei 4.320/1964, e ao princípio da gestão fiscal responsável, previsto no art. 1º da Lei Complementar 101/2000, devendo o referido plano de ação expor as razões da atual situação dos restos a pagar e a expectativa de sua evolução, com e sem a adoção das medidas formuladas no plano;

(...)

9.4. determinar à Segecex que autue processo específico de fiscalização com o intuito de avaliar a regularidade e a legalidade na aplicação do art. 68, § 3º, incisos I e II, do Decreto 93.872, de 1986, com a nova redação dada pelo Decreto 7.654, de 2011, sobretudo diante da possibilidade de a administração federal poder se valer da figura de restos a pagar não processados com validade indeterminada (sine die), ofendendo, assim, o princípio da transparência fiscal, plasmado nos arts. 1º, 42 e 48 da LRF, e o princípio da transparência orçamentária, previsto no art. 2º da Lei 4.320, de 1964;

(...)

Acórdão nº 2267/2016 – TCU - Plenário, de 31/08/2016, que trata de reexame interposto pela STN/MF e pela SOF/MP, conta o Acórdão 2823/2015 – TCU – Plenário

(...)

d) a rubrica Restos a Pagar apresentou um aumento expressivo de seu montante nos últimos cinco exercícios; apesar de, em princípio, não violar o princípio da legalidade, uma vez que as inscrições e reinscrições nessa rubrica obedecem às disposições que tratam do assunto (Lei 4.320/1964, Decreto

93.872/1986), sua utilização tem sido desvirtuada, pois deixou ela de ser uma ferramenta de exceção para tornar-se numa modalidade amplamente utilizada de execução da despesa, criando uma atípica plurianualidade orçamentária que é incompatível com os preceitos da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei 4.320/1964, ou seja, na prática, há um desvirtuamento do princípio da anualidade, pois, a execução da despesa pode se estender por vários exercícios.

(...)

Acórdão nº 5489/2016 - TCU - 1ª Câmara, de 23/08/2016, que trata da Prestação de Contas do Exercício de 2014, da Universidade Federal de Santa Maria, onde julgou regulares com ressalva, em face das falhas adiante apontadas,

(...)

1.7. Dar ciência à Universidade Federal de Santa Maria sobre as seguintes **impropriedades/falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes: (nosso grifo)**

1.7.1. manutenção de saldos de Restos a Pagar não processados (RPNP) para ajustes não mais vigentes, como verificado na 2010NE907568 (Britadeira Farroupilha Ltda, processo 23081004038201084, Pregão 00081/2010), no contrato 136/2010 (Armiche Construções Ltda, processo 23081016368201012, concorrência 14/2010) e no contrato 8/2012 (Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios, processo 23081015672201123, pregão 6/2012), o que afronta o disposto nos arts. 28 e 35, I-IV, do Decreto 93872/86;

1.7.2. manutenção, em 2014, de saldos de restos a pagar não processados referentes a exercícios anteriores e a inscrição de notas de empenho em RPNP, em 2014, cujos subelementos de despesa não se ajustam às hipóteses legais de manutenção/inscrição em restos a pagar, como diárias, bolsas, contribuições e passagens, conforme verificado, por exemplo, nas notas de empenho 2013.NE.400421, 2012.NE.400465, 2013.NE.400153, 2014.NE.402140, 2014.NE.403584, 2014.NE.400086, 2014.NE.000063 e 2013NE800556, o que afronta o disposto no art. 35, I-IV, do Decreto 93.872/86 e o manual do SIAFI, Macrofunção 020317;

1.7.3. ausência de rotina periódica e sistematizada, ao longo do exercício, para anulação de saldos de empenhos de despesa não liquidada, inclusive de exercícios anteriores, antes do processo de inscrição/reinscrição de Restos a Pagar, conforme verificado, por exemplo, no Contrato 75/2014 (NL Construções Ltda – EPP), o que pode resultar na afronta ao disposto no art. 35, I-IV, do Decreto 93.872/86 e o manual do SIAFI, Macrofunção 020317;

A Auditoria Técnica, quando da análise do 4º trimestre de 2016, enviou o Memorando Circular AT/CUR nº 001/2017, de 01/06/2017 contendo o Parecer de Auditoria nº 003/2017, com as recomendações sobre o assunto, para o DCF.

Manifestação da Unidade Auditada:

Pedido de providências, emitido com base no relatório do 1º semestre de 2017, realizado através do Memorando AT/CUR nº 009/2018 recebido pela área em 26/02/2018. No prazo para atendimento.

Análise da Auditoria Interna:

Considerando a ausência de manifestação da Unidade Auditada sobre a implementação de rotina periódica e sistematizada visando a anulação de saldos de empenhos cujas despesas não se ajustem às hipóteses legais de manutenção/inscrição/reinscrição de Restos a Pagar; considerando o volume de saldos em Restos a Pagar referentes a 5 anos para RPP e a 8 anos para RPNP, demonstrado no Quadro 11 identificamos possível fragilidade no controle desses compromissos ainda pendentes.

Recomendação:

Recomendamos ao DCF que adote rotina periódica e sistematizada visando o acompanhamento e a possível anulação de saldos de empenhos cujas despesas não se ajustem às hipóteses legais de manutenção/inscrição/reinscrição de Restos a Pagar.

Prazo para atendimento: Imediato

Recomendação:

Recomendamos ao DCF que apresente justificativa para cada compromisso inscrito em Restos a Pagar Processado e Não Processado.

Prazo para atendimento: 01/06/2018

8. Balanço Financeiro - BF

É a demonstração que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, possibilitando o cálculo do resultado financeiro – a diferença entre ativo e passivo financeiro -; apresenta apenas um quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público

O BF da UFF, referente ao exercício financeiro de 2017, apresentou os seguintes número

Quadro 15: Balanço Financeiro

INGRESSOS	2017	2016	DISPÊNDIOS	2017	2016
Receitas Orçamentárias	25.642.681,99	30.035.534,04	Despesas Orçamentárias	2.316.989.181,97	2.055.935.988,38
Ordinárias	2.608.394,07	10.144.647,54	Ordinárias	193.535.757,99	911.934.840,04
Vinculadas	23.931.305,33	20.582.517,80	Vinculadas	2.123.453.423,98	1.144.001.148,34
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	23.931.305,33	20.582.517,80	Educação	1.396.686.803,92	553.066.806,43
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-897.017,41	-691.631,30	Seguridade Social (Exceto RGPS)	649.975.135,02	557.402.698,14
			Operação de Crédito	9.177.744,30	3.400,55
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	67.613.740,74	31.186.765,84
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		2.341.477,38
Transferências Financeiras Recebidas	2.808.812.486,02	2.480.202.287,66	Transferências Financeiras Concedidas	505.822.824,97	472.506.783,06
Resultantes da Execução Orçamentária	2.706.982.053,38	2.409.121.684,91	Resultantes da Execução Orçamentária	462.800.979,67	431.428.472,38
Repasse Recebido	2.244.181.073,71	1.977.895.596,69	Repasse Concedido		11.478,77
Sub-repasse Recebido	462.800.979,67	431.226.088,22	Sub-repasse Concedido	462.800.979,67	431.226.088,22
Independentes da Execução Orçamentária	101.830.432,64	71.080.602,75	Repasse Devolvido		190.905,39
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	77.278.432,73	68.276.500,53	Independentes da Execução Orçamentária	43.021.845,30	41.078.310,68
Demais Transferências Recebidas		957.062,48	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	39.841.301,88	30.423.189,22
Movimentação de Saldos Patrimoniais	24.551.999,91	1.847.039,74	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.180.543,42	10.655.121,46
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	103.898.998,77	95.610.756,56	Despesas Extraorçamentárias	99.096.519,15	54.796.343,01
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11.176.751,94	53.028.662,11	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	55.573.921,25	20.380.317,86
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	91.767.594,10	41.898.680,45	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	42.565.127,97	33.727.423,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	954.652,73	507.153,03	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	957.469,93	512.401,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	176.260,97	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	176.200,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		760,97	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		700,00
Arrecadação de Outra Unidade		175.500,00	Demais Pagamentos		175.500,00
Saldo do Exercício Anterior	47.543.200,94	24.933.737,13	Saldo para o Exercício Seguinte	63.988.841,63	47.543.200,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	47.543.200,94	24.933.737,13	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.988.841,63	47.543.200,94
TOTAL	2.985.897.367,72	2.630.782.315,39	TOTAL	2.985.897.367,72	2.630.782.315,39

Fonte: DCF

Informação n.º 12:

O BF de 2017, Quadro 15, apresentou o saldo total de R\$ 2.985.897.367,72. Nos Ingressos, os grupos de contas que possuem maior representação conforme a análise vertical, verificou-se que 94,07% correspondem ao grupo Transferências Financeiras Recebidas e 3,48% a Recebimentos Extraorçamentários, o que deste último destacamos os registros de Inscrições de Restos a Pagar não Processados com 3,07%. Válido é ressaltar que a partir da análise horizontal aplicada aos Ingressos pertencentes ao BF, houve redução de 14,6% das Receitas Orçamentárias.

O grupo das Despesas Orçamentárias no montante total de R\$ 2.316.989.181,97 representou a parcela de 77,60% conforme análise vertical aplicada aos Dispêndios, sendo que, desse, as Vinculadas somam 71,12%, com destaque para as despesas referentes à Educação, que somou R\$ 1.396.686.803,92 com 46,78%.

Houve aumento do saldo total dos Ingressos e dos Dispêndios de 13,50%, conforme análise horizontal aplicada no resultado do exercício de 2017 e em período igual de 2016.

9. Passagens, Diárias, Serviços Terceirizados e Cartão Corporativo

No Quadro 16 demonstramos a Evolução dos Gastos Gerais do exercício de 2017.

Quadro 16: Evolução de Gastos Gerais

Descrição	2017	2016	Var %
1.Passagens	545.013,21	509.836,37	6,90%
2. Diárias e ressarc. Desp. em viagens	1.591.949,99	1.128.354,51	41,09%
3. Serviços Terceirizados	126.335.619,50	112.722.382,94	12,08%
3.1. Publicidade	312,54	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	43.005.583,00	39.364.771,18	9,25%
3.3. Tecnologia da Informação	1.522.265,19	1.068.317,77	42,49%
3.4. Outras Terceirizações	81.807.458,77	72.289.293,99	13,17%
4. Cartão Corporativo	652.750,05	386.010,16	69,10%
Total	129.125.332,75	114.746.583,98	12,53%

Fonte: SIAFI –DCF

Informação n.º 12:

Observamos que, no Quadro 16, o resultado de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, na análise horizontal da evolução dos gastos gerais, houve aumento em 69,10% das despesas com Cartão Corporativo e 41,09% com Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagem. Destacamos, também, o aumento de 12,08% dos gastos com Serviços Terceirizados, impactado pelo aumento de 42,49% com gastos em Tecnologia da Informação e o aumento de 13,17% com gastos em Outras Terceirizações.

10. Despesas por Modalidade de Contratação

Para a execução de despesas no âmbito da Administração Pública Federal - APF deverão ser observadas as Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, que ditam normas para licitações e contratos, visando a aquisição de bens e serviços.

No acompanhamento da execução das despesas no período em análise, demonstramos no Quadro 17 os valores observados por modalidade de contratação, de forma detalhada.

Quadro 17: Despesas por Modalidade de Contratação

Despesa Paga	2017	2016
1- Modalidade de licitação	166.199.927,67	153.738.702,87
a) Convite	-	-
b) Tomada de Preços	304.318,59	176.786,91
c) Concorrência	7.476.389,57	25.510.878,15
d) Pregão	157.881.707,75	127.868.817,19
e) concurso	-	-
f) consulta	-	-
g) RDC públicas	537.511,76	182.220,62
2- Contratações Diretas	69.100.405,02	71.662.312,67
h) Dispensa	59.192.792,78	64.652.693,01
i) Inexigibilidade	9.907.612,24	7.009.619,66
3- Regime de Execução Especial	650.252,29	384.192,14
j) Suprimento de Fundos	650.252,29	384.192,14
4- Pagamento de Pessoal	1.947.937.369,23	1.708.720.685,45
k) Pagamento em Folha	1.946.189.005,61	1.707.464.871,00
l) Diárias	1.748.363,62	1.255.814,45
5- Outras	30.156.881,72	26.502.752,69
Totais	2.214.044.835,93	1.961.008.645,82
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI		

Fonte: DCF

Informação n.º 13:

A partir da análise horizontal do Quadro 17, quando comparamos o 1º semestre do exercício de 2017 com igual período em 2016, as despesas executadas através de Pregão, apresentou uma representatividade ainda maior entre as Modalidades de Licitação, representando 95% do volume financeiro antes 83,17% em 2016, sendo seguido pela Concorrência com 4,5% e 16,59% em 2017 e 2016 respectivamente.

As despesas executadas com Pagamento de Pessoal totalizaram o montante de R\$ 1.947.937.369,23 representando, na análise horizontal, um aumento de 14% se comparado com o mesmo período de 2016. Na análise vertical, esse grupo de despesas representou 87,98% do total das despesas pagas, o que no exercício de 2016, foi de 87,13%.

Importante destacar a descentralização dos recursos para as Unidades Gestoras Executoras que, no período em análise, estão representados no Quadro 18, a saber:

Quadro 18: Crédito Empenhado Liquidado Pago

UNIDADE GESTORA - UGE	R\$	AV %
153056 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.711.827.747,54	77,3%
153057 HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	291.024.077,55	13,1%
150182 PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF	136.995.391,63	6,2%
150123 COORD. DE PROJ. C/A FUND. DE APOIO	40.025.856,35	1,8%
153058 PRO-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	14.571.248,44	0,7%
153984 PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO	11.096.111,84	0,5%
153248 PRO-REIT.DE PESQ.E POS-GRAD. E INOVAÇA	7.705.311,36	0,3%
153001 SUBCOORD.DA UNID.AVANC.J.VERISSIMO	799.091,22	0,0%
	2.214.044.835,93	100%

Fonte: SIAFI

11. Contratos de Locação de Mão de Obra

Quadro 19: Contratos Locação de Mão de Obra - Proad

Contrato	Fornecedor	Objeto	Funcionários	Período	Valor Contrato	Valor Pago 2017
054/2012	CENTAUR0 VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	Prestação de Serviços continuados de Vigilância Armada	158	19/10/2012 a 18/01/2018.	42.554.559,26	7.128.932,64
005/2012	CONSERV LUSO BRASILEIRA S A	Limpeza e Conservação	629	02/12/2012 a 02/12/2018	127.442.177,06	21.586.387,72
006/2012	CONSERV LUSO BRASILEIRA S A	Apoio administrativo e atividades auxiliares para prestação de serviços técnicos continuados na área de atividades culturais - CEART	32	19/03/2012 a 19/03/2018	7.271.971,97	1.143.886,71
025/2014	CONSERV LUSO BRASILEIRA S A	Condução de veículos oficiais	68	01/09/2014 a 01/09/2018	17.312.357,80	1.902.262,03
002/2016	LEONARDO COURIER EXPRESS LTDA-ME	Serviços continuados de entrega rápida motorizada	2	11/03/2016 a 11/03/2018	274.224,88	67.545,46
021/2016	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAI	Prestação de serviço continuado em recepção, portaria, serviços gerais de manutenção, serviço de entrega e transporte de documentos, guarda e salvamento em piscina e inspeção de alunos	320	01/10/2016 a 28/09/2018	22.470.000,00	7.421.174,99
047/2012	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAI	Vigia Patrimonial	328	01/10/2012 a 30/12/2017	68.663.143,00	9.648.661,72
048/2012	CTESA CONSTRUÇÕES LTDA	Conservação de áreas verdes	67	18/09/2012 a 16/03/2018	24.200.149,07	4.102.145,18
029/2014	MARPA REPRESENTAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	Prestação de serviços continuados de manutenção predial corretiva e preventiva e assessoramento técnico especializado	78	08/09/2014 a 07/09/2018	23.021.346,21	3.216.393,23
007/2016	DENJUD REFEIÇÕES COLETIVAS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços contínua em cozinha industrial, com fornecimento de mão de obra, estocagem, manutenção dos equipamentos ligados à produção e distribuição de refeições no Restaurante Universitário	94	03/06/2016 a 03/06/2018	7.761.846,72	3.667.674,65
006/2017	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	Prestação de serviço continuado em copeiragem	14	02/05/2017 a 02/05/2018	540.980,00	104.071,02
019/2016	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	Prestação de serviço continuado em Arquivos e Bibliotecas	72	01/09/2016 a 01/12/2017	550.655,00	1.792.448,95
046/2014	NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	Prestação de serviços continuados de apoio à gestão administrativa em áreas de gestão e desenvolvimento institucional da UFF	396	13/12/2014 a 13/12/2018	36.282.841,85	5.978.543,06
041/2014	NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	Prestação de serviços técnicos continuados de Soluções em Apoio à Expansão do EAD, para melhorias na qualidade dos serviços prestados pelos diversos órgãos/setores da UFF, nos Campi do RJ	20	02/06/2014 a 01/06/2018		0,00
009/2017	TERRAPLENO TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA	Prestação de serviço continuado na área de agropecuária, de limpeza e conservação.	21	02/06/2017 a 02/06/2018	1.311.000,00	201.124,70

Fonte: PROAD

Constatação n.º 15:

Contratos com períodos de vigência superiores a 60 meses.

Da análise do Quadro 19, constatamos que os Contratos n.º 5 e 6/2012 tiveram sua vigência prorrogada por 72 meses, com fundamentação legal o artigo 57, parágrafo 4º, da Lei nº 8666/93,

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses. (...)

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

O escopo deste trabalho de auditoria não contempla a análise da execução dos contratos em questão, apenas as informações disponibilizadas no SIASG.

Manifestação da Unidade Auditada:

Pedido de providências, emitido com base no relatório do 1º semestre de 2017, realizado através do Memorando AT/CUR nº 010/2018 recebido pela área em 26/02/2018. No prazo para atendimento.

Análise da Auditoria Interna:

Considerando que será solicitado pronunciamento da Unidade, o Controle Interno aguardará manifestação.

Recomendação:

Recomendamos proceder a abertura do processo licitatório com a antecedência necessária, se for o caso, de modo a não incorrer em processo emergencial ou na descontinuidade do

serviço, atentando para o término de vigência dos Contratos nº 05 e 06/2012, em 02/02/2018 e 19/03/2018, respectivamente.

Prazo para atendimento: 01/06/2018

Quadro 20: Locação de Mão de Obra 2017 – Empenho

Fornecedor	Apoio Adm	Copa Cozinha	Juros	Limp Conserv	Manut Imoveis	Manut Moveis	Software	Suporte TI	Vigilância	Total Fornecedor
ALE & DAN SERVICOS CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	110.383,89									110.383,89
APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	4.137.184,59									4.137.184,59
CENTAURO-VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA									6.943.501,05	6.943.501,05
CONFIANCA-SERVICOS E SOLUCOES EM MAO DE OBRA EIRELI		80.337,98								80.337,98
CONSERVADORA LUSO BRASILEIRA S A COMERCIO E CONSTRUcoes	2.473.741,38			14.029.815,75						16.503.557,13
CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVICOS LTDA	9.274.185,71								12.090.163,01	21.364.348,72
CTESA CONSTRUcoes LTDA	2.248.156,66		344.957,20		2.511.672,06					5.104.785,92
DBS IT CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA	377.022,67									377.022,67
DENJUD REFEICOES COLETIVAS ADMINISTRACAO E SERVICOS LTD		5.293.546,60								5.293.546,60
ENG COMERCIO DE COMPUTADORES LIMITADA - EPP							1.200,00			1.200,00
ESPACO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	256.042,34									256.042,34
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	1.798.443,43	140.203,96								1.938.647,39
MARPA REPRESENTACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	85.866,06				115.102,67					200.968,73
MEDSYSTEM MANUTENCAO E SERVICOS LTDA - EPP						1.087.934,89				1.087.934,89
MPE ENGENHARIA E SERVICOS S/A						235.833,30				235.833,30
NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	7.054.457,22			5.934.000,72				2.240.283,70		15.228.741,64
PIL PIL INFORMATICA EIRELI - ME							1.434,60			1.434,60
PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTDA	4.379.243,21									4.379.243,21
TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUCAO LTDA				256.644,82						256.644,82
TRANSBUZIOS EXPRESS LAVANDERIA E SERVICOS DE LIMPEZA LT	74.100,09									74.100,09
VPAR LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA	281.670,52									281.670,52
Total Tipo de Serviço	32.550.497,77	5.514.088,54	344.957,20	20.220.461,29	2.626.774,73	1.323.768,19	2.634,60	2.240.283,70	19.033.664,06	83.857.130,08

Fonte: Tesouro Gerencial

Informação 14:

O Quadro 20 apresenta os recursos empenhados em 2017 referente aos contratos de mão de obra terceirizada, apresentados por tipo de serviço e fornecedores. Vale ressaltar a importância das empresas Croll, Luso, Nova Rio e Centauro que representam 71,6% dos recursos empenhados em 2017, e prestam serviços como Apoio Administrativo, Limpeza/Conservação e Vigilância.

Quadro 21: Locação de Mão de Obra 2017 – Pago (Exercício + RAP + DEA)

Fornecedor	Apoio Adm	Copa Cozinha	Juros	Limp Conserv	Manut Imoveis	Manut Moveis	Software	Suporte TI	Vigilancia	Total Fornecedor
ALE & DAN SERVICOS CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	120.718,18									120.718,18
APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	3.560.892,94									3.560.892,94
CENTAUR0-VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA									6.884.506,77	6.884.506,77
CONFIANCA-SERVICOS E SOLUCOES EM MAO DE OBRA EIRELI		55.637,24								55.637,24
CONSERVADORA LUSO BRASILEIRA S A COMERCIO E CONSTRUOE	2.560.121,83	893,93		15.789.499,98						18.350.515,74
CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVICOS LTDA	9.187.676,43								11.984.076,74	21.171.753,17
CTESA CONSTRUcoes LTDA	2.248.156,66		344.957,20		2.511.672,06					5.104.785,92
DBS IT CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA	374.083,62									374.083,62
DENJUD REFEICOES COLETIVAS ADMINISTRACAO E SERVICOS LTD		5.248.254,43								5.248.254,43
ENG COMERCIO DE COMPUTADORES LIMITADA - EPP							1.200,00			1.200,00
ESPACO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	273.866,64									273.866,64
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	1.798.443,43	140.203,96								1.938.647,39
MARPA REPRESENTACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	85.866,06				115.102,67					200.968,73
MEDSYSTEM MANUTENCAO E SERVICOS LTDA - EPP						1.026.602,96				1.026.602,96
MPE ENGENHARIA E SERVICOS S/A						107.406,50				107.406,50
NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	7.030.283,21			5.419.875,57				2.480.125,42		14.930.284,20
PIL PIL INFORMATICA EIRELI - ME							1.434,60			1.434,60
PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTDA	5.109.869,49									5.109.869,49
TERRAPLENO TERRAPLENAGEM E CONSTRUCAO LTDA				256.644,82						256.644,82
TRANSBUZIOS EXPRESS LAVANDERIA E SERVICOS DE LIMPEZA LT	74.100,09									74.100,09
VPAR LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA	256.892,59									256.892,59
Total Geral	32.680.971,17	5.444.989,56	344.957,20	21.466.020,37	2.626.774,73	1.134.009,46	2.634,60	2.480.125,42	18.868.583,51	85.049.066,02

Fonte: Tesouro Gerencial

Informação 15:

O Quadro 21 apresenta o montante financeiro pago aos prestados de mão de obra terceirizada em 2017. Tais valores incluem despesas do exercício, restos a pagar de anos anteriores e despesas de exercícios anteriores. Em relação os fornecedores, os pagamentos realizados são bem proporcionais aos recursos empenhados em 2017.

12. Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto

Quadro 22: Energia Elétrica, Água e Esgoto 2017 – Empenho

Fornecedor	Energia Elétrica	Água e Esgoto	Total Fornecedor
AGUAS DE NITEROI S/A		4.674.687,00	4.674.687,00
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.		73.089,16	73.089,16
AGUAS DE SANTO ANTONIO S.A.		9.246,10	9.246,10
AGUAS DO PARAIBA SA		25.314,62	25.314,62
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	17.942.555,05		17.942.555,05
CARLOS HENRIQUE VIDAL JUNIOR		600,00	600,00
CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	223.025,40		223.025,40
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA		26.000,00	26.000,00
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE		17.254,42	17.254,42
COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO RURAL CACHOEIRAS ITABORAI	22.206,13		22.206,13
COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGA E SERVICOS DE INFRA			
ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	132.164,28		132.164,28
H 2 A RAMOS TRANSPORTES EIRELI - ME		8.000,00	8.000,00
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	1.146.845,53		1.146.845,53
PROLAGOS S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE A		1.112,12	1.112,12
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO SAAE		50.845,21	50.845,21
Total Geral	19.466.796,39	4.886.148,63	24.352.945,02

Informação 16:

O Quadro 22 apresenta os gastos empenhados nos serviços de energia elétrica, água e esgoto. Destaque para Ampla que representa 73,7% do total de 2017, seguida da Águas de Niterói com 19,2%.

Quadro 23: Energia Elétrica, Água e Esgoto 2017 – Pago (Exercício + RAP + DEA)

Fornecedor	Energia Eletrica	Agua e Esgoto	Total Fornecedor
AGUAS DE NITEROI S/A		4.520.701,95	4.520.701,95
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.		73.316,56	73.316,56
AGUAS DE SANTO ANTONIO S.A.		9.765,38	9.765,38
AGUAS DO PARAIBA SA		26.998,71	26.998,71
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	10.380.134,18		10.380.134,18
CARLOS HENRIQUE VIDAL JUNIOR		600,00	600,00
CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	205.605,96		205.605,96
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA			
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE		17.863,55	17.863,55
COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO RURAL CACHOEIRAS ITABORAI	39.082,41		39.082,41
COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGA E SERVICOS DE INFRA		3.916,00	3.916,00
ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	159.960,94		159.960,94
H 2 A RAMOS TRANSPORTES EIRELI - ME			
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	1.249.672,53		1.249.672,53
PROLAGOS S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE A		6.873,35	6.873,35
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO SAAE		51.097,86	51.097,86
Total Serviço	12.034.456,02	4.711.133,36	16.745.589,38

Fonte: Tesouro Gerencial

Informação 17:

Embora o total empenhado ultrapasse 24 milhões de reais, foram pagos em 2017 apenas R\$ 16.745.589,38 conforme Quadro 23; este montante compreende os gastos do exercício, de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

Assim, observa-se que a Ampla Energia e Serviços recebeu somente 57,9% do total empenhado no ano passado. Vale ressaltar que em 12 de dezembro de 2017 o fornecimento de energia elétrica da Reitoria foi interrompido, sendo reestabelecido somente em 28 de dezembro de 2017 após assinatura de acordo com a concessionária pública.

Através da Solicitação de Auditoria 023/2018 enviada em 21/03/2018 solicitamos ao DCF detalhamentos e documentação referente a eventual compromisso/acordo, judicial ou extrajudicial, assinado por esta Universidade junto à Ampla Energia e Serviços S/A, que tenha sido assinado ou em vigência no exercício de 2017. Porém, até esta data não obtivemos retorno a respeito desta solicitação.

13. Servidores Cedidos

13.1. Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

Esta conta registra os valores de créditos a receber relativos à folha de pagamento dos servidores cedidos pela UG 153056-UFF/Reitoria a outras entidades públicas.

Quadro 24: Créditos a Receber por Cessão de Pessoal em 2017

CESSIONÁRIO	SALDO DEVEDOR 2017	AV %
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	97.511,64	40,89%
PREF MUN DE NOVA IGUACU	66.785,60	28,01%
MUNICIPIO DE NITEROI	32.809,44	13,76%
PREF MUN DE SAO JOAO DE MERITI	25.542,66	10,71%
MUNICIPIO DE ITABORAI	10.370,38	4,35%
PREF MUN DE RIO DE JANEIRO	5.429,04	2,28%
	238.448,76	100,00%

Fonte: SIAFI

Constatação n.º 16:

Existência de saldos referentes a créditos a receber por cessão de pessoal.

Ao executarmos a análise vertical do exercício de 2017, dados do Quadro 20, destacamos duas instituições públicas, a saber: [Governo do] Estado do Rio de Janeiro com saldo devedor de R\$ 97.511,64, o que representa 40,89% e Prefeitura Municipal de Niterói com o saldo devedor de R\$ 66.785,60 que impactou em 28,01% e juntas representam R\$ 164.297,24, sendo 68,90% do total de créditos a receber. Os demais cessionários devedores somam R\$ 74.151,52 representando 31,10% do total dos créditos a receber por cessão de pessoal que foi de R\$ 238.448,76, no período em análise.

Considerando os relatórios emitidos pela Auditoria Técnica, anteriormente, abordando as pendências decorrentes da cessão de servidores, o Conselho de Curadores expediu a Indicação nº 002/2015, onde

INDICA ao Magnífico Reitor que não sejam cedidos novos servidores a Órgãos (Federais, Estaduais e Municipais) em débito com a UFF.

O Gabinete do Reitor, através do processo nº 23069.051207/2016-29 (recebido na AT em 01/09/2017), solicita manifestação da PROGEPE quanto a adoção de providências indicadas pelo CUR. A Diretora do DAP, em despacho datado de 30/11/2016 às fls 8, informa que

2- Informamos ainda, que a fim de não prejudicar a continuidade de significativos projetos desenvolvidos em parcerias da UFF com outros órgãos, este Departamento em ação conjunta com o DCF estabeleceu fluxo de trabalho, aperfeiçoando as rotinas de cobrança aos órgãos cessionários de modo a evitar saldo em Conta Contábil de Créditos à Receber por Cessão de Pessoal. Ao sermos comunicado[s] pelo DCF de inadimplência de algum órgão cessionário, oficializamos o respectivo órgão quanto à inadimplência e solicitamos o imediato retorno do servidor cedido.

O Gabinete do Reitor, solicita, ainda através do processo nº 23069.051207/2016-29, que o DCF informe valores atualizados sobre órgãos inadimplentes junto a UFF, e esse, às fls. 11 a 15, apresenta planilhas contendo os saldos existentes até 31/05/2017 inscritos em Dívida Ativa por Cessão de Pessoal, bem como, em Créditos a Receber.

A Auditoria Técnica, quando da análise do 4º trimestre de 2016, enviou o Memorando Circular AT/CUR nº 001/2017, de 01/06/2017 contendo o Parecer de Auditoria nº 003/2017, com as recomendações sobre o assunto, para o DAP/PROGEPE e o DCF.

Manifestação da Unidade Auditada:

Pedido de providências, emitido com base no relatório do 1º semestre de 2017, realizado através do Memorando AT/CUR nº 011/2018 recebido pela área em 26/02/2018. No prazo para atendimento.

Análise da Auditoria Interna:

Na análise dos registros contábeis do 1º semestre de 2017, verificamos as alterações ocorridas nos saldos devedores. Porém, ainda assim, ressaltamos a existência de pendências correspondente a Prefeitura Municipal de Itaboraí, saldo devedor observado no em 31/12/2007 e que se mantém até 31/12/2017, configurando fragilidade de controle no tocante a cobrança e a possível prescrição da dívida.

Na análise das planilhas contidas no processo nº 23069.051207/2016-29, destacamos que os valores fornecidos referem-se a 31/05/2017 e por isso não foram tratados aqui.

Recomendação:

Recomendamos ao DCF/PROPLAN e ao DAP/PROGEPE, que identifiquem os possíveis débitos sujeitos a prescrição, envidando esforços para que não haja perda para a Universidade.

Prazo para atendimento: 01/06/2018

Recomendação:

Recomendamos ao DCF que apresente planilha contendo todos os registros referentes a servidores cedidos (órgão cessionário, inscrição no SIAFI, nome do servidor, valor atualizado e período de competência débito mês/ano).

Prazo para atendimento: 01/06/2018

Recomendação:

Recomendamos ao DCF/PROPLAN e ao DAP/PROGEPE, tempestividade na cobrança aos órgãos cessionários.

Prazo para atendimento: 01/06/2018

13.2 Créditos Inscritos em Dívida Ativa não Tributária (Pessoal)

Nesta conta, Créditos Inscritos em Dívida Ativa não Tributária (Pessoal), estão registrados, após análise e orientação jurídica, os valores devidos por terceiros, referentes a cessão de pessoal, provenientes de créditos não arrecadados ou não recolhidos no exercício de origem, constituindo Dívida Ativa da União.

Quadro 25: Dívida Ativa Não Tributária (Pessoal)

Estado/Município	Devedor	Saldo	Consolidado	Part %
NITEROI	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE (NITEROI)	1.944.294,08	2.914.618,32	39,3%
	MUNICIPIO DE NITEROI	910.499,71		
	CAMARA MUNICIPAL DE NITEROI	59.824,53		
RIO DE JANEIRO (ESTADO)	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO (RJ)	1.942.880,78	2.625.586,72	35,4%
	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	682.705,94		
ITABORAI	MUNICIPIO DE ITABORAI	1.001.926,99	1.001.926,99	13,5%
BARRA MANSA	PREF MUN DE BARRA MANSA	210.299,37	210.299,37	2,8%
SAO GONCALO	PREF MUN DE SAO GONCALO	197.217,81	197.217,81	2,7%
ACRE	ACRE GOVERNO DO ESTADO	150.547,11	150.547,11	2,0%
RIO DE JANEIRO (MUNICIPIO)	PREF MUN DE RIO DE JANEIRO	108.969,60	108.969,60	1,5%
MAGE	MUNICIPIO DE MAGE	92.501,42	92.501,42	1,2%
ARMACAO DE BUZIOS	MUNICIPIO DE ARMACAO DE BUZIOS	43.224,22	43.224,22	0,6%
NOVA FRIBURGO	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO	35.022,12	35.022,12	0,5%
SAO JOSE DOS CAMPOS	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS CAMPOS	23.733,22	23.733,22	0,3%
SAQUAREMA	MUNICIPIO DE SAQUAREMA	7.604,92	7.604,92	0,1%
MAGE	MUNICIPIO DE MAGE	2.230,65	2.230,65	0,0%
		7.413.482,47	7.413.482,47	100,0%

Fonte: SIAFI

Constatação n.º 17:

Existência de saldos referentes a créditos inscritos em Dívida Ativa não Tributária a receber por cessão de pessoal.

Dos valores constantes do Quadro 25, verificamos que o município de Niterói possui o maior saldo devedor junto a UFF, somando R\$ 2.914.618,32e representando 39,3% do total. O Estado do Rio de Janeiro vem logo em seguida com R\$ 2.625.586,72.

Manifestação da Unidade Auditada:

Pedido de providências, emitido com base no relatório do 1º semestre de 2017, realizado através do Memorando AT/CUR nº 009/2018 recebido pela área em 26/02/2018. No prazo para atendimento.

Análise da Auditoria Interna:

Vale ressaltar que parte significativa destes valores foi considerada como provável perda e lançada em conta retificadora do Ativo em Ajuste Perdas de Dívida Ativa Não Tributária (conta contábil 121119906), considerando uma perda histórica de 98,76%.

Ressalvamos, ainda, a excessiva morosidade na atualização dos saldos devedores, como observado na análise dos dados e do não envio de informações para o Conselho de Curadores, solicitação exarada do Despacho n.00249/2016/CCJA/PFUFF/PGF/AGU, de 17/03/2016, ao Setor de Cobrança e Recuperação de Créditos. Neste contexto, figura a possibilidade de prejuízo ao erário, colocando em risco a credibilidade da UFF perante aos órgãos de controle.

Para conhecimento do que orienta o Manual SIAFI acerca da atualização monetária dos Créditos Inscritos em Dívida Ativa, transcrevemos abaixo o item 2.3.10, da Macrofunção 021112 - DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO:

2.3.10 - Os créditos inscritos em Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização de valores deve ser lançada no mínimo mensalmente, de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.⁸

Recomendação:

Recomendamos ao DCF que apresente planilha contendo todos os registros referentes a servidores cedidos (órgão cessionário, inscrição no SIAFI, nome do servidor, valor atualizado e período de competência-mês/ano do débito).

⁸ Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/021100/021112/?searchterm=Macrofun%C3%A7%C3%A3o>>

Acesso em: 18set2017

Prazo para atendimento: 01/06/2018

Recomendação:

Recomendamos ao DCF/PROPLAN, que apresente planilha contendo dados de todos os órgãos devedores inscritos em Dívida Ativa (nome, documento contábil originário com o número e data do registro, processo judicial que embasou o procedimento contábil).

Prazo para atendimento: 01/06/2018

Recomendação:

Recomendamos ao DCF/PROPLAN e a PROGEPE que identifiquem os débitos que não tenham sido atualizados em qualquer momento (como observado nos registros das Prefeituras Municipais de Nova Friburgo e Saquarema) posto que, eventualmente, poderão estar sujeitos a prescrição, evitando prejuízos para a Universidade.

Prazo para atendimento: 01/06/2018

Recomendação:

Recomendamos ao Gabinete do Reitor que, através da Procuradoria Federal, obtenha a atualização da tramitação dos processos referentes a devedores inscritos em Dívida Ativa.

Prazo para atendimento: 01/06/2018

14. Contratos de Aluguel – Bancos

Informação n.º 17

Em relação aos contratos de aluguel junto aos bancos nos Campi e Reitoria da Universidade, o DCF informa que em dezembro de 2017 tanto o Banco Itaú quanto o Banco do Brasil não apresentam créditos vencidos junto à Universidade.

Em relação ao Banco Santander, não foram identificados os pagamentos referentes aos meses de julho e agosto de 2017, totalizando assim um saldo em aberto de R\$ 90.871,50 no exercício

financeiro de 2017. Importante ressaltar, que não foram identificados atrasos em anos anteriores referentes aos contratos citados.

15. Contratos com a Fundação Euclides da Cunha - FEC

Quadro 26: Contratos de maior valor contratual - UG 150123

Contrato	Vigência	Valor Contratual	Processo nº	Discriminação (Apoio e gerenciamento das atividades relativas aos Projetos)	Unidade Responsável
114/2013	20/04/15 a 11/10/17	18.042.495,00	53438/13-24	Projeto Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, Educação e Formação em Saúde para Promover a Qualificação e a Educação Permanente dos Profissionais da Saúde - Micropolítica e Gestão do Trabalho em Saúde.	Escola de Engenharia
set/17	30/01/17 a 31/08/19	13.405.234,41	50812/16-82	Projeto Ações Executivas da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT para o Aprimoramento e Fomento da Infraestrutura Aquaviária	PROPLAN
54/2015	01/09/15 a 30/11/17	12.820.001,14	11446/15-65	Projeto de avaliação da disposição oceânica no Ponto I e execução do gerenciamento e monitoramento ambiental das áreas que serão dragadas e derrocadas no Porto do Rio de Janeiro.	Instituto de Geociências
98/2014	19/03/15 a 31/01/20	11.486.193,05	52462/14-27	Projeto de pesquisa capacitação técnica e elaboração de minuta de planos municipais de saneamento básico dos Municípios do Estado do Maranhão.	Instituto de Geociências
81/2014	02/08/16 a 02/08/18	8.335.284,21	06854/14-14	Projeto Programa de Esporte e Lazer nas Cidades – PELC.	PROPLAN
ago/17	28/04/17 a 04/04/19	7.937.056,00	51154/16-46	Projeto Sócio Educativo.	PROPLAN
37/2017	12/04/17 a 03/04/18	5.900.000,00	2349/17-43	Projeto Alto Rendimento.	PROPLAN
ago/16	04/03/16 a 28/02/18	5.329.042,00	50388/15-95	Projeto Corrida e Caminhada UFF - Circuitos Diversos.	PROGRAD
99/2014	27/02/15 a 31/01/18	3.992.377,25	52486/14-86	Projeto capacitação técnica e elaboração de minuta de planos municipais de saneamento básico dos municípios do Estado do Espírito Santo.	Instituto de Geociências
117/2013	01/03/14 a 31/12/17	3.530.649,14	55518/13-14	Projeto de Elaboração do Estudo de Impacto ambiental e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental para as Obras de Dragagem da Bacia de Evolução e Abertura do Canal de Acesso do Porto de Itaguaí/RJ.	Instituto de Geociências
35/2014	01/04/14 a 03/12/17	3.330.353,34	43342/13-58	Projeto apoio e manutenção do 3º e 4º Períodos da Turma 2012 e do 1º e 2º Períodos da Turma 2013 dos Cursos de Especialização à Distância em NOVATEC e PÍGEAD e do Núcleo de Educação a Distância da UFF/UAB.	Instituto de Matemática
104/2014	22/04/15 a 22/05/18	3.000.000,00	51784/14-59	Projeto de Formação Permanente para Gerência de Unidades Básicas de Saúde, Gestão da Clínica e do Cuidado.	PROPLAN

Fonte: Extraído do SIASG e da PLAP/PROPLAN, formatação da Auditoria Técnica/Conselho de Curadores

Informação n.º 18:

Como informado no Quadro 26, mostrou-se oportuno destacar os contratos de maior materialidade, em ordem de grandeza, constantes nos registros no SIASG. Ressaltamos que, não foram analisados os intervalos correspondentes aos períodos de vigência e os termos aditivos, apenas se destacou pelo montante contratual.

Informação n.º 19:**Existência de montante expressivo de contratos com a Fundação de Apoio.**

Destacamos que a PLAP – Coordenadoria de Projetos com a Fundação de Apoio Euclides da Cunha (FEC), Unidade Gestora (UG) 150123, faz a interlocução entre os fomentadores de projetos, contratos e convênios e as instituições participantes, bem como com a Fundação de Apoio, tendo como principal objetivo ser um veículo facilitador nesta interlocução. Em decorrência disto, tem como responsabilidade o controle das parcerias institucionalizadas e o acompanhamento das etapas previstas e as respectivas prestações de contas dos 279 (duzentos e setenta e nove) contratos registrados no SIASG.

16. Conclusões

Em nossa análise observamos que, através de consulta no SIAFI, os Balancetes Contábeis correspondentes aos meses de julho a dezembro de 2017, foram fechados “com restrição”. Esta situação demonstra existência de registros contábeis de fatos que carecem de regularização.

Da análise das contas contábeis, constatamos situações elencadas neste relatório, que demandam maior ação de controle.

Ressaltamos que o atendimento intempestivo das solicitações desta Unidade de Controle Interno, pode configurar omissão de informação e ocasionar a emissão de ressalvas quando

da análise das demonstrações contábeis do período seguinte, bem como, no parecer do processo de contas anuais.

Por fim, destaca-se que o não atendimento das recomendações sem causa justificada importará na assunção dos riscos decorrentes pelo gestor.

É o nosso parecer.

Ao Chefe da Auditoria Técnica, *sub censura*.

Niterói-RJ, 28 de março de 2018.

José Afranio Lopes de Oliveira
Contador
SIAPE 1313134

Ruy Barbosa Cavalcanti de Amorim
Técnico em Contabilidade
SIAPE 1474775

1 – Aprovo o Relatório de Auditoria nº 001/2018.

2 – Ao Conselho de Curadores, para apreciação.

Patrícia Paula Carvalho de Azevedo
Chefe da Auditoria Técnica/CUR
SIAPE 1465608